

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Arqueologia
Bacharelado em Antropologia



Trabalho de Conclusão de Curso

**Ossos na mesa:
remanescentes humanos em contexto arqueológico no Brasil**

Raíssa Lima Bertasi

Pelotas, 2018

Raíssa Lima Bertasi

**Ossos na mesa:
remanescentes humanos em contexto arqueológico no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia com linha de formação em Arqueologia.

Orientador: Jaime Mujica Sallés

Pelotas, 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

B536o Bertasi, Raíssa Lima

Ossos na mesa : remanescentes humanos em contexto arqueológico no Brasil / Raíssa Lima Bertasi ; Jaime Mujica Sallés, orientador. — Pelotas, 2018.

76 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia - Antropologia Social e Cultural ou Arqueologia) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Arqueologia de remanescentes humanos. 2. Bioantropologia. 3. Práxis arqueológica. 4. Códigos deontológicos. 5. Bioarqueologia. I. Sallés, Jaime Mujica, orient. II. Título.

CDD : 930.1

Raíssa Lima Bertasi

Ossos na mesa: remanescentes humanos em contexto arqueológico no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em Antropologia com linha de formação em Arqueologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 14/12/2018

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jaime Mujica Sallés (Orientador) Doutor em Agronomia (Ciências do Solo) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Prof^a. Dra. Caroline Borges Doutora em Zooarqueologia pelo Muséum National d'Histoire naturelle.

Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle Doutor em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem o apoio e incentivo dos meus pais, sem a compreensão e paciência do meu orientador, Jaime; sem o amor e dedicação da minha cunhada Izabelle e dos meus irmãos, Cauê e Ariam; ou sem a amizade e aconselhamento da querida Caroline Borges. Agradeço também a todos os entrevistados, Beatriz, Danilo, Marina, Rodrigo, Márcia e Camila que aceitaram participar e colaborar com a construção deste sonho.

*"Would you do that to your
grandfathers?"*¹ (Segundo Mc Hargue & Roberts,
1977, essa frase foi expressada por comunidades
indígenas norte-americanas ao fazer referência à
exposição de restos humanos nos museus)

¹ "Você faria isso com seus avós?" (tradução nossa)

Resumo

Bertasi, Raíssa Lima. **Ossos na mesa: remanescentes humanos em contexto arqueológico no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Antropologia - Linha de Formação em Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, CAA-ICH-UFPel, dezembro 2018, 76 p.

Os remanescentes humanos de contexto arqueológico percorrem um caminho impreciso na pesquisa brasileira. Escasso número de profissionais especializados, muitos com pouco preparo na área, instituições de salvaguarda com recursos precários, falta de suporte legislativo, um espaço acadêmico relativamente novo e com poucos laços com a Antropologia Social e Cultural caracterizam um cenário onde os remanescentes não são tratados, na maioria das vezes, de maneira ética. Isso resulta, entre muitas causalidades, no estabelecimento de um obstáculo na relação entre os profissionais e as comunidades, uma grande complexidade no processo de repatriação desses indivíduos e em mais um processo de violência epistemológica. Como uma orientação para os que atuam neste âmbito, é proposta a criação de um protocolo a ser aplicado em campo e em laboratório, pensando em alternativas para percorrer em direção a uma relação mais genuína e respeitosa com esses indivíduos e suas comunidades.

Palavras-chave: arqueologia de remanescentes humanos; Bioarqueologia; Bioantropologia; práxis arqueológica; códigos deontológicos.

Abstract

Bertasi, Raíssa Lima. **Bones on the table: human remains from archaeological context in Brazil.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Antropologia - Linha de Formação em Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, CAA-ICH-UFPel, dezembro 2018, 76 p.

The human remains from archaeological context run an imprecise path in Brazilian research. Scarce number of specialized professionals, many with little preparation in the area, safeguard institutions with precarious resources, lack of legislative support, a relatively new academic space and with few ties with Social and Cultural Anthropology, characterize a scenario where the remains are not most often treated ethically. Resulting among many causality, in establishing a barrier in the relationship between professionals and communities, a great complexity in the process of repatriation of these individuals and in another process of epistemological violence. As an orientation for those working in this field, it is proposed to create a protocol to be applied in the field and in the laboratory, thinking about alternatives to move towards a more genuine and respectful relationship with these individuals and their communities.

Keywords: archaeology of human remains; conservation and ethics; Bioarchaeology; Bioanthropology; archaeological praxis; ethics code.

Sumário

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | Introdução..... | 9 |
| 2 | Entrevistas..... | 11 |
| 2.1 | Perfil dos profissionais convidados..... | 11 |
| 3 | Breve histórico do estudo de remanescentes humanos em contexto arqueológico..... | 48 |
| 4 | Remanescentes humanos, legislação e ética..... | 50 |
| 4.1 | Conservação e ética..... | 53 |
| 5 | A formação em Arqueologia no Brasil e sua relação com os remanescentes humanos: o caso dos currículos..... | 56 |
| 6 | Resultados..... | 58 |
| 7 | Considerações finais..... | 61 |
| | Referências bibliográficas | |
| | Fontes eletrônicas | |
| | Anexo. Autorização de entrevista | |

1 Introdução

Pensando em explorar o atual cenário do estudo de remanescentes humanos em contexto arqueológico no Brasil, esse trabalho reúne entrevistas com profissionais, relacionando o histórico da disciplina no Brasil com sua presença no cenário acadêmico, seu suporte legislativo, a situação das reservas técnicas das instituições de salvaguarda e a falta de profissionais especializados.

No que concerne à ética da disciplina - e por ética se entende: o conjunto de conceitos e ações atuais direcionadas para o tratamento respeitoso com esses indivíduos e seus descendentes, e baseados nos melhores parâmetros científicos disponíveis-, desde 2009² existe uma tendência mundial a expor remanescentes humanos segundo as normas no ICON (International Council of Museums). Contudo, no Brasil ainda podemos encontrar este tipo de material exposto das mais diversas formas, como ilustrado na figura abaixo, onde os remanescentes de um combatente estão dentro de uma caixa de vidro, com incidência direta de luz solar, em conjunto com outros materiais, sem nenhum processo de conservação ou de controle de ambiente.



Figura 1. Em destaque: acondicionamento de restos mortais de combatentes da Batalha do Passo do Rosário (1827) no Museu Municipal de Rosário do Sul (Fonte: R. Bertasi).

²<http://archives.icom.museum/codes/Lusofono2009.pdf>

As reservas técnicas desses locais e outras instituições de salvaguarda, com poucas exceções, têm esse material acondicionado dentro de caixas impróprias, sem nenhum controle biológico de temperatura, luminosidade e umidade. Simultaneamente, em um contexto onde esse material, em muitos casos, não passa por uma análise prévia ou mais aprofundada, o processo de reavaliação periódica sobre a condição desses materiais é quase inexistente.

Sendo assim, por diversos fatores que serão discutidos neste trabalho, o estudo de remanescentes humanos percorre uma trajetória relativamente nebulosa dentro da pesquisa arqueológica no país. O presente trabalho pretende introduzir os aspectos que configuram o estado atual do estudo de remanescentes humanos em contexto arqueológico, cenário permeado por muitas questões, dentre as quais tem destaque a ausência de suporte legislativo, escassez de informações a respeito da situação relacionada às comunidades ligadas aos remanescentes humanos, e a falta de cursos profissionalizantes voltados para lidar e entender esse tipo de material. Assim, grande parte das escavações estão sendo desenvolvidas por equipes de arqueólogos que não têm conhecimento na área de escavação, conservação e análise de remanescentes humanos.

Diante dessa conjuntura, é discutida a necessidade de se projetar medidas que possam direcionar políticas que alterem essa situação, para que se estabeleça uma relação mais verdadeira e respeitosa para com esses materiais e as pessoas que se relacionam diretamente com eles de maneira afetiva. Desta forma, o trabalho tem o intuito de servir como um ponto de partida para a criação de um protocolo geral, direcionado aos diversos biomas brasileiros, para ser utilizado como referência por todo arqueólogo, tanto em campo quanto em laboratório.

Os métodos de estudo abrangeram distintas estratégias. Foram realizadas entrevistas com profissionais das áreas de Arqueologia, Bioarqueologia, Bioantropologia e Antropologia Forense. Também foi feito um levantamento para verificar as universidades brasileiras que possuem como disciplina obrigatória, para o curso de Arqueologia, alguma direcionada ao estudo de material ósseo humano em contexto arqueológico, juntamente com uma pesquisa bibliográfica sobre o histórico deste tipo de disciplina no Brasil e seu aparato legislativo.

2 Entrevistas

Com o intuito de incluir diferentes perspectivas sobre o trabalho arqueológico e principalmente sobre como são realizadas as etapas de escavação, acondicionamento e estudo em laboratório de remanescentes humanos oriundos desse contexto, foram convidados professores, pesquisadores e estudantes da área de Arqueologia que atuam ou atuaram em escavações onde foram encontrados remanescentes humanos. As entrevistas foram semiestruturadas. Algumas delas ocorreram por e-mail, outras por videoconferência e também pessoalmente, somando o total de seis entrevistas.

O questionário base para a realização das entrevistas foi elaborado pensando nas áreas mais conhecidas que lidam com remanescentes humanos de contexto arqueológico, a Bioarqueologia e Bioantropologia, buscando entender: a) a diferenciação das duas áreas; b) o quanto esses conceitos são disseminados dentro da esfera arqueológica; c) se há a possibilidade de uma formação acadêmica em alguma dessas áreas no Brasil e o quão acessível é esse caminho e, por fim; d) esclarecer a situação da condição ética desses remanescentes durante o trabalho em campo e laboratorial.

Os profissionais convidados desenvolveram diferentes enfoques durante suas trajetórias acadêmicas. Como parâmetro para discussões presentes no capítulo 6 deste trabalho, é importante especificar essas trajetórias através das informações de seus currículos disponibilizados na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

2.1 Perfil dos profissionais convidados

2.1.1 Dra. Beatriz Valladão Thiesen

Beatriz Valladão Thiesen é “doutora em História, com ênfase em Arqueologia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005), mestre em História, com ênfase em Arqueologia. pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1999) e especialista em

Antropologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996). Possui graduação em História - Licenciatura, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1982). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) no curso de Bacharelado em Arqueologia, onde coordena o Liber Studium (Laboratório de Arqueologia do Capitalismo). Tem efetuado pesquisas na área de Arqueologia do Capitalismo, Arqueologia Urbana e Arqueologia da Paisagem”.

2.1.2 Dr. Danilo Vicensotto Bernardo

Danilo Vicensotto Bernardo “possui graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado e Licenciatura, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Botucatu (2002), Mestrado (2007) e Doutorado (2012) em Ciências (área de concentração Biologia/Genética) pelo Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Professor Adjunto A (Classe C, Nível 1) da área de Arqueologia e Antropologia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), onde fundou e coordena o LEAB (Laboratório de Estudos em Antropologia Biológica, Bioarqueologia e Evolução Humana). Tem experiência nas áreas de Antropologia, com ênfase em Antropologia Biológica e Arqueologia, e Biologia Evolutiva, atuando principalmente nos seguintes temas: morfologia craniana, processos evolutivos, bioarqueologia, povoamento do Novo Mundo e evolução e microevolução humana”.

2.1.3 Ms. Marina Nogueira Di Giusto

Marina Nogueira Di Giusto é “bacharel em História pela Universidade de São Paulo (2014) e Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (2017). Sua área de pesquisa é em Bioarqueologia e Paleopatologia, com enfoque em grupos sambaquieiros do litoral sul do Brasil. Também trabalhou como consultora em antropologia

forense no Grupo de Trabalho Perus (Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil)”.

2.1.4 Dr. Rodrigo Elias de Oliveira

Rodrigo Elias de Oliveira “possui graduação em Odontologia pela Universidade de São Paulo - FOU SP (1998), é mestre pelo Depto. de Cirurgia, Prótese e Traumatologia Maxilofaciais da FOU SP (2008), é doutor pelo Depto. de Genética e Biologia Evolutiva do Instituto de Biociências da USP (2013) e tem pós-doutorado em Periodontia pela FOU SP (2017). Coordenador do Projeto Salivar junto ao Depto. de Semiologia/ Disciplina de Periodontia da FOU SP e Pesquisador associado ao Laboratório de Arqueologia, Antropologia Ambiental e Evolutiva (LAAAE) e ao Laboratório de Antropologia Biológica (LAB) do Instituto de Biociência da USP. Responsável pela curadoria do material esquelético dos sítios Lapa do Santo-Matozinhos/MG (2009-presente) e Caixa D’água Buritizeiro/MG (2011-presente). Áreas de Pesquisa: Bioantropologia; Periodontia, Antropologia Dental; Paleopatologia; Antropologia Ambiental”.

2.1.5 Ms. Márcia Lika Hattori

Márcia Lika Hattori “possui Bacharelado em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (2009), Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Educação - USP (2009) e Mestrado em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (2015). Durante a graduação, realizou estágio ao longo de 4 anos no Setor Educativo do MAE - USP, no Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos do Instituto de Biociências (LEEH - USP), no Memorial da América Latina e em trabalhos de Arqueologia de Contrato. Desenvolveu projeto de extensão e iniciação científica sobre História Oral na periferia do município de Osasco, além de participar como curadora da exposição arqueológica Kiju Sakai na Casa de Cultura de Lins - SP. Durante o mestrado coordenou conjuntamente com outros

dois pesquisadores a implantação do Museu Histórico e Arqueológico de Lins desenvolvendo oficinas, reuniões com diferentes grupos com vistas a um trabalho de curadoria compartilhada. Foi consultora e coordenadora de projetos de Arqueologia e Educação Patrimonial em diferentes estados do país entre 2007 e 2014. Desde 2013, atua em projetos de Antropologia Forense pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP, relacionados a buscas e tentativas de identificação de desaparecidos em diferentes contextos no Brasil. Entre 2014 e 2017, coordenou a pesquisa preliminar e ante mortem nas atividades do Grupo de Trabalho criado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República com a finalidade de proceder à análise de restos mortais oriundos do Cemitério de Perus, São Paulo - SP, com vistas à identificação de mortos e desaparecidos políticos assim reconhecidos pela Lei 9.140/95. É sócia da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB e sócia plena da Asociación Latinoamericana de Antropología Forense. Atua principalmente nos seguintes temas: Arqueologia do passado contemporâneo, Antropologia Forense, Arqueologia colaborativa e patrimônio cultural”.

2.1.6 Dra. Camila Diogo de Souza

Camila Diogo de Souza é “professora Visitante Associada D1 da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), atuando junto ao Centro de Antropologia e Arqueologia Forense e tendo sido coordenadora do laboratório de análises do Grupo de Trabalho Perus. Professora do curso de Pós-Graduação lato sensu "Arqueologia, História e Sociedade" da Universidade Santo Amaro (UNISA). Pós-doutora em Proto-histoire égéenne na Maison René Ginouvès (Archéologie et Ethnologie) da Université de Paris X (Nanterre, França), com bolsa de Pós-Doutorado pleno no exterior pelo CNPq (2011-2013). Pós-doutoranda do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP, período com bolsa FAPESP 2014-2017). Doutora (2010, com bolsa FAPESP) e Mestre (2005, com bolsa FAPESP) em Arqueologia Clássica pelo MAE-USP e graduação em História (2001) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, com

Iniciação Científica PIBIC-CNPq (1999-2001). Pesquisadora da École Française d'Athènes (EfA) encarregada do dossiê "Tombes Géométriques d'Argos II" (2013-). Fundadora e segunda líder do TAPHOS (Grupo de Pesquisas em Práticas Mortuárias no Mediterrâneo Antigo, CNPq, 2013-), sediado no MAE/USP. Fundadora e Coordenadora/Pesquisadora Associada (2011-) do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga (LECA), sediado na Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (LABECA/MAE/USP). Pesquisadora do laboratório UMR 7041 - ArScAn (Archéologies et Sciences de l'Antiquité), equipe Archéologie du Monde Grec, Centre National de la Recherche Scientifique (Naterre/França). Tem ampla experiência de campo em sítios arqueológicos e de pesquisa em reservas técnicas e acervos arqueológicos de museus no Brasil e no exterior, realizados desde 1998. É membro do Comitê Científico do Archaeological Institute of America (AIA) e da Society for Classical Studies (SCS). Associada SAB desde 2001 e SBEC desde 2003. É orientadora de trabalhos de Iniciação Científica (com bolsas FAPESP) e de Pós-Graduação. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Clássica, Arqueologia Funerária, Ceramologia, Teoria e Método em Arqueologia, Arqueologia Forense, Arqueologia Pré-Histórica e Arqueologia Histórica, atuando principalmente nos seguintes temas: Grécia, Idade do Ferro, Cerâmica, Práticas Mortuárias, Contextos Funerários; Bioarqueologia”.

2.2.1 Entrevista com Beatriz Valladão Thiesen, realizada em 06/04/2017

Entrevistadora: Qual sua definição para Bioarqueologia e Bioantropologia?

Beatriz: Então, eu lembro quando eu estava fazendo a grade para o curso de Arqueologia, quando nós estávamos criando o curso, e eu tinha dúvidas terríveis acerca da nomeação das disciplinas; uma delas era justamente a Bioarqueologia. Eu discuti isso com um professor de Sergipe e ele me dizia assim: “Bioarqueologia envolve a arqueologia de tudo que é vivo”. Então, se tu tens, por exemplo, Zooarqueologia, a Zooarqueologia deveria fazer parte da Bioarqueologia. Nós mantivemos o nome tradicional de

Bioarqueologia para a disciplina que iria tratar dos restos humanos encontrados em sítios arqueológicos.

Para mim, então, a Bioantropologia, seguiria na mesma linha. Seria a Antropologia desses remanescentes humanos.

Entrevistadora: Como você descreveria sua relação com a Bioantropologia? Detém algum conhecimento dessas áreas? Já realizou algum curso ou disciplina sobre? Conhece profissionais da área?

Beatriz: Eu fiz uma disciplina no doutorado e foi dada pela Eugénia Cunha, que era de Bioarqueologia, então meu conhecimento é bastante restrito. Claro que é um campo absolutamente instigante, né? A gente tem uma relação esquisita com a morte, então claro que tenho outras leituras sobre o assunto, mas em termos de conhecimento científico é bem restrito.

Eu lembro do meu primeiro contato com esse campo: foi em uma escavação que eu participei em 1982, da escavação de um sambaqui, e nos deparamos com um enterramento. Tenho que colocar as coisas no seu devido contexto, era uma época que pessoas formadas em arqueologia eram muito poucas e autodidatas. Então, nos deparamos com aquilo e pensamos “e agora? O que que a gente faz com isso?” Foi uma escavação assim meio complicada, com certeza nós perdemos muitos dados. Mas, eu me lembro, assim, de o quanto aquela descoberta mobilizou a equipe de arqueologia e a comunidade, que até então não dava a menor bola para o que estava acontecendo ali. Perguntavam se a gente achava tesouro, como sempre, mas de repente tinha um ser humano... Isso era na beira da praia no mês de janeiro, então tinham vários turistas e aquilo mobilizou muito.

Depois, mais tarde, eu fiz uma única análise dentro dessa disciplina. Sofri horrores para fazer aquilo, porque eu não consigo desvincular do ser humano que habitou aquele corpo. Então, para mim é uma coisa muito sofrida. Eu não gosto de trabalhar com isso porque eu sofro muito, apesar de mobilizar muito. Meus conhecimentos são parcos e conheço algumas pessoas. Nós temos o professor Danilo, da universidade, que é uma pessoa que trabalha com isso e o professor de Sergipe que comentei, mas não são muitas pessoas.

Entrevistadora: Durante sua carreira profissional você se deparou com questões de cunho ético relacionadas à escavação de remanescentes humanos? Como escavação de cemitérios, reclamação dos remanescentes por determinada comunidade, exposição em museus ou negligência no acondicionamento em campo ou laboratório?

Beatriz: Sim, acho que todas essas coisas. Sim, sim, sim. Especialmente nessa escavação que nós fizemos lá na Capela do Taim, que ela foi cuidadosamente pensada para que nós não encontrássemos nenhum resto humano.

Nós tínhamos uma capela que de um lado se sabia que tinha um cemitério, porque a comunidade dizia que ali tinha um cemitério, e nós combinamos “ali nós não tocamos”. Então, vamos escavar do outro lado que tinha restos de estrutura da própria construção da capela, mas sabíamos que corria o risco de encontrar, claro, por ser uma estrutura religiosa. Porém, pensávamos que seriam coisas pontuais, aqui e ali, que poderíamos deixar de lado e continuar.

Bom, o problema é que nós batemos em um cemitério antigo esquecido pela comunidade, mas que não por isso deixou de despertar uma série de sentimentos em todo mundo envolvido naquilo. Isso foi absolutamente impactante. Eu era coordenadora do projeto e nós reunimos a comunidade em determinado momento. Eu pensei: “precisamos chamar as pessoas aqui”. Compramos Coca-Cola, bolachinhas, e eu disse naquela ocasião, eu me comprometi publicamente com eles de que todos os restos iriam voltar para a comunidade. E eu tenho um peso nas minhas costas por isso, porque todos esses restos humanos continuam aqui, porque a capela não foi restaurada como se pretendia. Se propôs que fosse feito um memorial, pois no decorrer de todos esses estudos a gente chegou a mais ou menos estabelecer que era um cemitério basicamente de negros e indígenas, então justamente daquelas pessoas mais esquecidas, mais exploradas, bom né.. Então era isso, fazer um memorial para aquelas pessoas e devolver esses restos para esse memorial. Isso está no projeto e isso nunca foi feito.

Eu, particularmente, tenho um peso terrível com isso e espero não morrer sem poder ter cumprido com essa minha promessa, com esse meu compromisso na verdade.

Entrevistadora: Quais procedimentos você costuma realizar ao encontrar remanescentes humanos em uma escavação?

Beatriz: Eu grito socorro. Eu, Beatriz, nunca escavei um resto humano, nunca, em nenhuma circunstância. Eu estive presente quando aconteceu e eu me afastei, eu não tenho formação para isso, sei que iria fazer besteira, então eu nunca escavei. Então quem se animou foi lá e fez.

Entrevistadora: Nas escavações que você encontrou remanescentes humanos consegue se recordar se a equipe era integrada por um bioantropólogo ou conservador?

Beatriz: Nenhum dos dois. Bom, na Tapira, por exemplo, o Jaime participou, mas eu acho que ele ainda não estava envolvido com a questão da conservação. Então não tivemos cuidados especiais.

Entrevistadora: Você teria algum conselho para estudantes que gostariam de seguir nessa linha de formação?

Beatriz: Difícil para quem não trabalha com isso dar uma opinião.

Entrevistadora: Mas, pensando como alguém que trabalha dentro de uma instituição e sabendo o que os cursos oferecem...

Beatriz: Claro! Procurar um bioantropólogo, bioarqueólogo ou um conservador, tem que ter, é fundamental que isso ocorra. Agora é aquilo, às vezes não tem e aí eu não sei como resolver isso, né? Se um estudante me dissesse isso agora: “professora, o que a gente faz, e se não tem?” Não sei, acho que se eu estou sozinha, eu tapo tudo e vamos embora, porque eu sei que eu não teria conhecimento nem estrutura para fazer.

2.2.2 Entrevista com Danilo Vicensotto Bernardo, realizada em 06/04/2017

Entrevistadora: Qual a sua definição para Bioantropologia e Bioarqueologia?

Danilo: A antropologia biológica ou Bioantropologia é um ramo da antropologia muito ligado à tradição norte americana dos quatro campos da antropologia. Então, nos Estados Unidos eles entendem isso muito claramente, que a antropologia é composta por antropologia cultural, linguística, arqueologia e antropologia física. A antropologia biológica ou antropologia física é um dos ramos da antropologia, assim como a arqueologia também o é para a tradição norte americana. Da intersecção das atividades de arqueologia e temas de estudo da arqueologia e da antropologia biológica, do instrumental teórico, técnico da antropologia biológica, então surge a Bioarqueologia. Um nome importante da Bioarqueologia, a Jane Buisktra, sempre em toda palestra, mesa redonda dela, ela coloca na lousa: descrever um esqueleto, estudar o aspecto da curadoria, etc. Ela vai lá e faz um xis em cima e fala: “This is not Bioarchaeology”, porque a Bioarqueologia é compreender populacionalmente como aquelas informações encontradas no esqueleto, ou qualquer vestígio orgânico humano podem explicar algum aspecto da organização social de um determinado grupo.

Para a tradição europeia, Bioarqueologia, durante uma boa parte do tempo, foi essa coisa de tudo que é biológico relacionado à arqueologia. Mas, mesmo na Europa hoje em dia essa concepção já não faz muito sentido, porque ao longo do desenvolvimento da disciplina foi se percebendo que existiam particularidades muito específicas das análises zooarqueológicas, paleobotânicas, etc.

Então, depende do tipo de orientação; eu sigo essa linha norte americana. Então, por exemplo, eu me defino como um bioantropólogo ou antropólogo físico porque os meus estudos, no geral, contemplam bem o que a Antropologia Biológica ou Antropologia Física se dedicam a estudar. Então, tenho estudos em Evolução Humana, estudos em Biologia Humana, alguns de Paleopatologia. Então, esse é o de escopo, a área de trabalho da Antropologia Biológica.

Já a Bioarqueologia são as ferramentas, os objetos de estudo da Antropologia Biológica, mas que tenham extrema relação com a estrutura arqueológica. Sempre que eu fico em dúvida eu me lembro de um texto do Armelagos, onde ele foi na onda do Binford e pôs no título do trabalho dele “Bioarchaeology as Anthropology”, e penso se eu resolveria essa questão sem

uma lógica comum à temática da arqueologia, se eu não resolveria eu penso “bom, esse é um trabalho ou um objeto de Bioantropologia?” Então, tem essas nuances, a gente confunde. Para você ter uma ideia, nós temos no currículo aqui a disciplina de Bioarqueologia, eu criei uma disciplina optativa de Introdução à Antropologia Biológica exatamente para mostrar isso.

Eu estou indo para um congresso de Antropologia Física nos Estados Unidos, lá fica muito claro, porque tem o congresso e acho que agora é a 88ª edição, então eles tem uma tradição. E daí as sessões são muito claras, elas indicam muito bem o que é Antropologia Biológica para eles, são: evolução humana, primatologia, variação humana, genética humana. E então, assim, o que um bioantropólogo pensa? Ele pensa nesses assuntos, né?

Entrevistadora: Como você descreveria sua relação com a Bioantropologia e Bioarqueologia? Detém algum conhecimento dessas áreas? Já realizou algum curso ou disciplina sobre? Conhece profissionais da área?

Danilo: Hoje me considero bioantropólogo mais do que biólogo, embora toda a minha formação seja em Biologia. Quando eu olho para esses assuntos da Antropologia Biológica, eu percebo que já me meti e consigo falar sobre quase todos eles. Quando eu junto meu dinheirinho para um congresso no exterior eu vou para o de Antropologia Biológica, não vou mais para o de Genética, nem para o de Arqueologia.

Então, hoje eu me defino, quando tem que assinar a listinha lá, por mais que não tenha feito uma pós-graduação especializada nisso, eu me defino mais como profissional de Antropologia Biológica do que de Genética. Eu não sou filiado à Associação Brasileira de Genética, Sociedade Brasileira de Genética, mas sou membro da American Association of Physical Anthropology. Então, eu me reconheço muito mais como Antropólogo Físico ou Bioantropólogo do que qualquer outra coisa.

Entrevistadora: Durante sua carreira profissional você se deparou com questões de cunho ético relacionadas à escavação de remanescentes humanos? Como escavação de cemitérios, reclamação dos remanescentes por determinada comunidade, exposição em museus ou negligência no acondicionamento em campo ou laboratório?

Danilo: Negligência sim. Muito, muito. De histórias e coisas que meu orientador conta. Então, quando eu cheguei para ele e falei “Walter, você não acredita, mas o crânio estava em um saquinho de supermercado Extra!” ele vira e fala “Danilo, mas você não viu nada ainda”, aí ele vai lá e solta uma que ele viu na época dele.

Já vi o melhor dos mundos também, então um exemplo perto, o laboratório do Walter na USP, tem uma reserva técnica para esqueletos humanos que é climatizada, regulador de umidade, ingestão de gás carbônico no caso de ter uma fagulhinha e ameaçar fogo, entra gás carbônico para acabar com a brincadeira. Todo o material lá está acondicionado em caixas, identificado, teve curadoria antes do material.

Então, assim, nós temos do pior e do melhor possível e um monte de coisa acontecendo no meio. Já vi aqui mesmo, acho que não fazia nem seis meses que eu estava aqui, uma aluna que estava fazendo estágio no laboratório e mandou e-mail dizendo que o professor, que estava se aposentando, levou um crânio para ela e falou “coloquem aí no laboratório o crânio”, e a aluna perguntou o porquê e ele disse “estou me aposentando e estava lá na minha sala esse crânio”. Quando eu olhei nem sabia responder, e isso dentro da universidade.

Entrevistadora: E em relação a comunidades?

Danilo: Teve um caso no Chile, em que já existia um acordo e existia até a possibilidade que eu fosse trabalhar lá. Até por isso que eu fui passar aquele tempo no mutirão, para já começar a me ambientar com a questão. Mas, para eles já estava tudo muito bem resolvido, não foi conflituoso, acho que o maior problema mesmo foi um problema ético que não era culpa dele, mas do diretor do museu naquele momento. Porque ele falou: não é possível que esses crânios ficaram 60 anos guardados aqui, vocês não estudaram, ninguém estudou, então, a gente vai estudar agora. Um problema ético do cientista, e da conta dos anteriores, não dele.

Eu participei de uma coisa que no local não vi nenhum tipo de conflito, mas os observadores de fora viram. Vocês devem ter visto a repercussão da coisa toda. Teve aquele sítio escola de Belo Monte em 2015 acho, o pessoal que me transformou em arqueólogo, e eu achava que arqueólogo era Indiana

Jones, né? Foi o professor Renato Kipnis, quando eu cheguei na USP vindo da faculdade de Biologia, foi o Renato que me levou para campo. Ele era aluno de pós-doutorado do Walter na época e o pouco que eu sei de arqueologia eu devo principalmente ao trabalho do Renato.

Depois que ele terminou o pós-doutorado ele virou um dos sócios da Scientia, que é uma empresa de consultoria famosa. Quando eu terminei o meu doutorado, trabalhei um tempo com eles e depois que eu vim para cá a gente mantém algum tipo de cooperação como, por exemplo, “olha, preciso mandar um aluno de estágio, campo ou que precisa ser inserido no mercado de trabalho no momento” e eles acabam absorvendo essas pessoas.

Quando surgiu a ideia deles de fazer um estágio de campo, eles convidaram uma série de profissionais e eu fui um deles exatamente porque eles perceberam que a formação dos arqueólogos, no que toca a lida com esqueletos humanos em campo, era deficiente. E como eles tinham um sítio que passou mais de um ano esperando um especialista em Bioarqueologia, para trabalhar com esses remanescentes, eles decidiram que nada era melhor do que trazer alguém que a gente conhece da área e treinar as pessoas, arqueólogos que não têm isso nas universidades deles em campo. O sítio escola foi isso.

As pessoas da cidade, da comunidade, como o barqueiro que levava a gente até o sítio era descendente de indígenas, mostrava para gente onde a comunidade dele vivia e ele passava a tarde toda do meu lado vendo a gente trabalhar. Teve até coisas que ele me ajudou, como quando percebi evidências de fraturas nos ossos da perna, ele me falou “ah, não, isso era quando os caras estavam com preguiça de cavar a cova, a gente faz isso até hoje”. Então não sei, eu nunca vivenciei esse tipo de conflito em relação a remanescentes humanos, mas eu acho que é uma preocupação que deve existir sempre. Os ossos, vestígios humanos, representam um dos aspectos mais valiosos da estrutura simbólica das pessoas, então quando a gente está mexendo com isso tem que levar muito a sério.

Por outro lado, como cientista, como alguém que trabalha nessa interface com a Antropologia, não tem como não pensar o quão rico de informação é o material bioantropológico. Porque quando você trabalha com cultura material de um sítio você tem uma série de inferências sobre aquele

grupo, sobre quais aspectos estão envolvidos na fabricação e produção de determinado artefato. E quando você trabalha com os remanescentes bioantropológicos, você está de fato chegando perto de saber quem eram aquelas pessoas. Então, quando você pega um ossinho e fala “olha, essa periostite acontece quando ocorre determinado tipo de infecção, etc.” É mais perto para você olhar o que era aquele grupo. Você encurta a distância das inferências, então é um material muito rico, não consigo imaginar a análise bioantropológica sendo negligenciada pela arqueologia. Eu não consigo entender isso e eu penso “poxa, como que nós temos tantos arqueólogos formados que quando chegam em campo e vêem um esqueleto entram em pânico, porque não tem a menor ideia do que fazer com ele ou tratam como uma coisa que tanto faz, sendo que é um material riquíssimo”.

Entrevistadora: Quais procedimentos você costuma realizar ao encontrar remanescentes humanos durante uma escavação?

Danilo: Depende muito dos protocolos que estão sendo desenvolvidos pela equipe de trabalho. Normalmente, o que a gente costuma fazer, do ponto de vista metodológico, é valorizar ou otimizar a forma como esse material vai ser escavado. Então, por exemplo, um sepultamento humano. Você não pode colocar alguém inexperiente ali para trabalhar com esse material diretamente. Tem uma série de questões técnicas que você tem que redobrar os cuidados. Então, por exemplo, a contaminação do material osteológico durante a escavação, se você pensar nas atividades e fins da pesquisa científica, ela é muito mais prejudicial à pesquisa do que outro remanescente. Já aconteceu de a gente estar estudando um material que foi escavado até por uma outra equipe, enviado para gente fazer uma análise de sedimento do entorno do sepultamento. Encontraram amido nesse solo, e quando a gente foi ver que amido era, era... sei lá... de Ruffles. Então, esse é um protocolo que a gente segue, sempre é um dos primeiros cuidados.

Essa pesquisa que a gente fazia na USP continua agora, o André Strauss que está coordenando. A gente tinha um protocolo bem estabelecido para coleta de amostras para a extração de DNA. Então, tínhamos um acordo que quando chegasse determinada fase da escavação, ou exumação, eu que tinha que ir para a lida, para a escavação, para a exumação, porque nós

sabíamos que se tivesse alguma contaminação genética seria a minha. Então tem esse tipo de abordagem.

Do ponto de vista da abordagem ética ou simbólica varia muito de pessoa para pessoa. Eu procuro sempre levar em consideração que eu estou mexendo no que tem de mais simbólico de alguma pessoa. Você falou do campo, mas eu sinto isso muito em laboratório, desde lá, da biologia, quando a gente tinha as aulas de anatomia. Eu lembro que o professor de anatomia tentava criar na gente essa ideia de “olha, da porta da sala de anatomia para dentro o comportamento aqui tem que ser outro”. Você está lidando com pessoas que tiveram histórias, qualquer bobagem que você estivesse pensando, lembro que na hora que a gente entrava na sala de anatomia o professor tinha conseguido criar um comprometimento com a gente de que não era só um ossinho colocado na bancada, tinha muita coisa ali.

Daí, eu dei sorte que onde eu fui fazer pós-graduação tinham o mesmo espírito. Lembro que um dia a gente chegou na USP e um dos novatos tinha pego um esqueleto de plástico e feito uma brincadeirinha de, sei lá, colocar uma mão aqui e outra aqui, e o Walter deu aquela pagada geral de: “onde vocês pensam que vocês estão, seus moleques? Isso é de plástico, mas representa a história de vida das pessoas...”. Tem que ter um comprometimento. Eu acredito e procuro fazer isso durante a vida do material que está no acervo.

Uma das coisas que eu sempre lembro, que meu orientador falava também, é que: “você nunca pode deixar rastro no que você analisou”. Então, assim, quando eu termino de analisar um material que está institucionalizado, eu faço questão que na hora que devolvo ele para a caixa que vai voltar para reserva técnica, ele tem que ser colocado exatamente com a mesma inclinação que eu encontrei. Porque essa é a forma que eu acho que eu presto meu respeito a toda a história que envolve aquele material.

Você vai visitar uma reserva técnica com coleção, principalmente de esqueletos que foram alvo de estudos de craniometria. Tem bioantropólogo que não pensa duas vezes, a primeira coisa que ele faz quando pega o crânio é pegar um lápis e falar, aqui é o pório, aqui é o breguima, aqui é não sei o que, existem centenas de crânios. Centenas.

Não sei se eu consigo te esclarecer. Assim como o material é permeado de valor simbólico, acho que as suas ações aí também são. Acho que é o jeito que você lida com o material, sem ser pejorativo com a palavra material.

Entrevistadora: Nas escavações que você encontrou remanescentes humanos consegue se recordar se havia um bioantropólogo ou conservador?

Danilo: Na minha vida acadêmica eram sempre bioantropólogos de formação, mesmo que fossem alunos da biologia, em programas de mestrado e doutorado em biologia. Eram pessoas que estavam dedicadas a estudar Bioantropologia

Entrevistadora: Mas aí era esse grupo reunido. Essas pessoas nunca estavam em outras escavações?

Danilo: Então, por exemplo, teve uma época assim, que eu só viajava. Acho que eu estava no meio do mestrado, quase no finalzinho do doutorado, porque cada lugar que acontecia de aparecer algum esqueleto, entravam em contato lá com o Walter e falavam “você não tem dois dos seus alunos para mandar?”.

Eu lembro que fui escavar com o André Prous assim. Lembro que eles estavam escavando um sítio que era dentro da cidade e iam construir uma caixa d’água no sítio. Na hora que passaram o trator para aplanar a região, sei lá o que aconteceu, o trator passou no meio do crânio, e aí falaram: “epa, tem uma coisa aí”. Daí quando foram ver tinha um monte de esqueleto. E para algumas etapas em particular, tinha isso, eles não sabiam como lidar. E eu lembro desse momento, de chegar lá no lugar do sítio, foi eu e o Pedro na primeira vez, ele é outro bioantropólogo formado na USP. E, assim, os outros membros da equipe ficavam parando e tal, “mas como que é?” Para eles era algo absolutamente exótico, era uma coisa E.T. assim, escavar um sepultamento. E são arqueólogos. Já eram arqueólogos.

Entrevistadora: Então, normalmente era você e mais um bioantropólogo nas escavações? Ou só você de profissional?

Danilo: Assim como só eu sozinho de profissional atuando, foi depois nessa atividade na arqueologia consultiva. Então, eu lembro de ter momento

que só eu já tinha passado por treinamento em Bioantropologia. Mas, por exemplo, vamos fazer um exercício assim: a gente resolve fazer um projeto aqui com todos os professores de arqueologia da FURG para escavar, como vocês fizeram aquela vez no Taim, né? Teve uma colaboração e um monte de gente foi lá para o Taim. Sempre que a gente organizar um grupo de arqueólogos, pelo menos até médio prazo, sempre vai ter essa história de “olha, poucos tinham treinamento em Bioantropologia dos que estavam trabalhando lá”. Acho que a médio prazo a gente não tem muito como resolver isso.

Mas, o que me preocupa na sua pergunta são os profissionais de preservação e conservação. Esses, só na atividade consultiva que tinham profissionais assim, trabalhando na equipe junto. Na própria universidade, assim você pode ver, na UFPEL vocês tem uma disciplina, né?

Entrevistadora: Optativa.

Danilo: Olha, no nosso curso, se não tiver os momentos dedicados dentro de cada disciplina, do professor puxar para essa discussão, a gente não tem uma disciplina de conservação. Então, eu acho que é algo que também a gente tinha que olhar com mais cuidado.

Entrevistadora: A última pergunta é se você teria alguma orientação para estudantes que gostariam de seguir nessa linha de formação? Em relação aos cursos que tem no Brasil, cursos fora, começar como biólogo, como arqueólogo...?

Danilo: Eu acho que, assim: a pós-graduação na federal do Pará, que é antropologia, eles dão uma ênfase em Antropologia Biológica. Mas sinceramente, eu não sei, assim, qual diferença que faria no final das contas uma formação restrita à Bioantropologia, ou então, qual a diferença entre essa formação para uma formação em Biologia Genética, por exemplo. Eu não sei qual seria a diferença do produto final. Acho que a trajetória para mim é muito mais importante na formação do profissional do que o que vai vir escrito no diploma no final do curso.

Quando a gente pensa em arqueologia, eles mesmos têm toda essa preocupação com a regulamentação da profissão, mas será mesmo que o fato

de ter passado pelo curso com essa titulação garante ao profissional um conjunto de habilidades que o outro não tem? Eu não sei se é tão linear assim, Por exemplo, para os meus alunos que terminam o TCC aqui comigo na Arqueologia ou quando eu estava na USP, que eu ajudava na iniciação científica também, quando eles me perguntavam o próximo passo, eu sempre indicava: “olha, o próximo passo é o que te abra portas”. Tanto, por exemplo: tem como você ser um geneticista que trabalha com Antropologia Biológica? Tem. Tem como você ser um biólogo, morfologista, anatomista que trabalha com Antropologia Biológica? Tem também. Tem como você ser o arqueólogo que trabalha com Antropologia Biológica? Tem também. Tem como você ser um museólogo que trabalha com Antropologia Biológica? Tem também. Por isso que eu acho que as trajetórias no final das contas são mais importantes para o produto final. O quanto esse geneticista vai conseguir permear os diferentes assuntos da Antropologia Biológica para entender o que é bioantropólogo? Às vezes o simples fato dele fazer o curso, uma pós-graduação em Antropologia Biológica não adianta nada.

Pode ser que eu esteja errado, que daqui uns anos os caras estejam com um conhecimento da disciplina muito diferente. A gente tem que rever isso, mas eu não sei. Hoje eu não vejo uma dicotomia tão clara assim, sabe? Alguém que passou por treinamento formal, ou alguém que fez esses percursos mais livres. O meu percurso foi super livre e eu acho que consegui chegar ao ponto que eu me considero bioantropólogo.

2.2.3 Entrevista com Marina Di Giusto, realizada em 23/03/2018

Entrevistadora: Qual sua definição para Bioarqueologia?

Marina: A Bioarqueologia é um ramo da Arqueologia que tenta entender o modo de vida de grupos a partir dos remanescentes humanos que a gente resgata nos sítios. Os esqueletos, na verdade, e todo o aparato funerário é como se eles fossem os nossos artefatos, então em vez da gente estar analisando cerâmica, lítico, a gente está analisando o esqueleto. E a partir disso tentar entender o modo de vida. Como? O esqueleto pode te dizer várias coisas, como informações sobre atividade física, nutrição, patologias, por

exemplo, sobre atividades relacionadas a gênero. Então mulheres têm, por exemplo, marcadores osteológicos, como osteoartrose, mais acentuada nos membros superiores do que os homens, então elas estão utilizando mais os membros superiores que os homens, quais atividades elas estão fazendo a partir disso? Às vezes pode até conseguir diferenciar atividades entre homens e mulheres.

Entrevistadora: Como você descreveria sua relação com a Bioantropologia e Bioarqueologia? Detém algum conhecimento dessas áreas? Já realizou algum curso ou disciplina sobre?

Marina: Agora, com o final do mestrado, a minha formação é em Bioarqueologia, a minha graduação é em História, fiz o mestrado no programa de Arqueologia, mas por conta da minha linha de pesquisa, da minha orientação e do meu material de análise, a minha formação é em Bioarqueologia.

Entrevistadora: Durante sua carreira profissional você se deparou com questões de cunho ético relacionadas à escavação de remanescentes humanos? Como escavação de cemitérios, reclamação dos remanescentes por determinada comunidade, exposição em museus ou negligência no acondicionamento em campo ou laboratório?

Marina: Muitas vezes as escavações não contam com bioarqueólogos. Isso é uma coisa que tem começado a mudar. Mas, se a gente pega essas escavações mais antigas, não tem. É porque a Bioarqueologia, quando de fato ela se desenvolveu, olhando para o material osteológico como se ele fosse um artefato, isso foi lá para os anos 1970, 1980, nos Estados Unidos. No Brasil chegou bem depois, nos anos 1990, teve a Sheila Mendonça de Souza, Marília de Mello e Alvin que também já trouxe algumas coisas. Ah, tem a Lilia Chauiche Machado que também já trouxe algumas coisas, mas antes disso, era como se: ou o esqueleto era visto como um problema tipo “puts, nos deparamos com um esqueleto e agora?” Ou “vamos retirar o esqueleto da melhor forma possível”, mas sem ver o contexto ao entorno do esqueleto, e isso que é o trabalho do bioarqueólogo. Não é apenas retirar o esqueleto bonitinho, sem marquinhos nos ossos, isso um bom arqueólogo faz, agora você

olhar todo o contexto ao entorno que vai, por exemplo, te dizer informações sobre como esse corpo foi depositado, informações como se foi aberto uma cova ou se apenas ele foi depositado no solo, se foi em um espaço aberto ou um espaço fechado. Por exemplo: abri uma cova, coloquei o corpo e deixei ali, ou então, abri uma cova, coloquei o corpo e fechei com terra. Tudo isso faz parte da prática funerária do grupo, isso é o modo de vida do grupo, a cultura do grupo, então esse olhar mais afiado, para além do esqueleto, um bioarqueólogo consegue ter e muitas vezes eles não são chamados quando se deparam com um sepultamento.

Então, sim, no meu mestrado eu me deparei com condicionamentos bizarros, cheguei a me deparar, não necessariamente foi o material que eu trabalhei no mestrado, mas, ao longo do mestrado eu trabalhei com outras coisas também. Eu cheguei a ver os ossos enroladinhos bonitinhos... em papel higiênico. A gente trabalhou com coisas aqui que foram escavadas na Amazônia, anos atrás, que eu fui fazer a curadoria deles junto com uma colega e o material estava escavado, botinho, mas sem as informações do contexto. Então, é o que os bioarqueólogos falam. O pessoal escava e coloca na nossa mesa um saco de ossos. Tá! Eu vou restaurar esses ossos. Vou conseguir te dizer: sexo, idade, algumas patologias, mas nada mais do que isso.

Você descola os esqueletos daquele contexto, e uma vez descolado ele vira um saco de ossos em cima da mesa. A gente pode tirar informações sobre o esqueleto, mas não sobre a prática funerária em si.

Entrevistadora: E em relação a comunidades que estavam relacionadas a esqueletos e solicitaram que eles voltassem para a comunidade depois?

Marina: Não, no meu mestrado não. Eu trabalhei com sambaqueiros, com grupos sambaqueiros. O material era super antigo, musealizado já. Eu só trabalhei com coleções no mestrado. Eu não escavei um sítio para tirar material.

Entrevistadora: E você já chegou a ver material exposto em museu?

Marina: Não, mas no Museu Nacional anos atrás tinha.

Entrevistadora: Quais procedimentos você costuma realizar ao encontrar remanescentes humanos em uma escavação?

Marina: Bom, eu acho que o primeiro é parar, pelo menos naquela parte, e vamos começar agora a fazer uma escavação muito mais cuidadosa, muito mais detalhista, evidenciando todo o esqueleto e prestando atenção no entorno dele. Porque a gente pode ter mudanças de solo, a gente vai ter até uma mudança no posicionamento dos ossos, porque eles se mexem no processo de decomposição do corpo, então a gente tem que entender como acontece essa rotação e começar a escavar com muitos detalhes, fotografando tudo, registrando tudo, fotografando áreas diagnósticas de sexo e idade, então a abertura isquiática da pelve, algumas características do crânio. Porque muitas vezes ele está todo bonitinho, a gente vai retirar e ele se desfaz. Então, antes de retirar você tem que ter certeza que você documentou tudo, sempre com uma escala, para não perder o ângulo. Colocando os ossos presentes e ausentes que você está conseguindo enxergar e depois ir retirando com cuidado e colocando pares anatômicos em sacos separados.

E, assim, você tem que ter muita paciência, escavar um esqueleto pode demorar até uma semana.

Entrevistadora: Você teria algum conselho para estudantes que gostariam de seguir nessa linha de formação?

Marina: Eu acho que vai bem por essa linha que a Verônica orienta. Ela procura sempre fazer os alunos começarem pela curadoria. A curadoria, ela pode ser o primeiro passo para você começar a ter o contato com o material osteológico humano. Para você começar a ver o que é um osso, como um osso se comporta, como é um osso de criança e um osso de adulto, que são muito diferentes, para você ver partes anatômicas que podem indicar dimorfismo sexual. E isso é para você começar a acostumar o seu olhar porque não adianta nada nunca ter mexido com um esqueleto e de repente eu escrevo um projeto e caio com uma análise.

No laboratório é onde você vai conseguir fazer isso com calma, com ajuda de outros profissionais, manuais osteológicos, ossos de coleções didáticas e ali é onde você vai treinar o seu olhar e é onde você vai aprender não só sobre anatomia, mas também sobre curadoria e como trabalhar com

documentação. Entender o que é a Bioarqueologia e como é um sepultamento para além do esqueleto.

E também é uma disciplina muito autodidata, a gente trabalhar com remanescentes ósseos tem que saber anatomia, não tem outra saída e você só vai saber se estudar. Então, aqui no laboratório todos nós tentamos essas formações complementares, como aula de anatomia em outro departamento e enfiar a cara no livro.

E não desistir, ela é difícil, são poucos profissionais. Então, aqui a gente tinha a Verônica, e ela é professora, tem suas funções, tem que dar aula, reunião, ela não está o tempo todo aqui no laboratório e a gente não tinha outros alunos para quem pedir ajuda. Então é assim, tenta fazer até onde você consegue e espera para outra pessoa te ajudar. É diferente de como quando você analisa cerâmica, que tem um monte de gente que trabalha com isso, tem aqueles laboratórios cheios. Na Bioarqueologia não, somos poucos, então às vezes é até mais difícil para você pedir ajuda, assim, quando você se depara com algum problema.

2.2. 4 Entrevista com Rodrigo Elias Oliveira, realizada em 23/03/2018

Entrevistadora: Você se considera bioarqueólogo ou bioantropólogo? E qual a definição desses dois campos para você?

Rodrigo: Eu me defino e gosto de me definir como um bioantropólogo. Eu não tenho uma formação de Arqueologia, o que eu tenho de conhecimento da área de Arqueologia veio muito da prática no campo e também do estudo para a prática no campo, mas eu não sou formado em Arqueologia. E como de alguns anos para cá a Arqueologia está se firmando como uma profissão reconhecida, com quadros, e eles estão na busca e defendendo essa formação dos arqueólogos, até porque é um título que dá responsabilidades e poderes para o indivíduo, e por isso ele precisa de uma formação. Eu prefiro não entrar nessa área e me considerar arqueólogo ou bioarqueólogo e entrar em uma discussão que para mim não é interessante. Eu não tenho necessidade, apesar de ter trabalho de campo desde quando eu entrei no laboratório do Walter. Desde 2006. Lá se vão 12 anos que eu trabalho com isso.

No meu caso não é um drama, eu acho que a nomenclatura que se dá para um ou para outro, a posição ou no caso profissão, não é o meu interesse. Tenho muito mais interesse em estudar, ter acesso ao material que eu tenho que ter, e a questão do nome não é um problema para mim. Mas eu sei que é uma questão, que há um certo conflito e que algumas pessoas, acho que nem todas, mas algumas pessoas estão muito preocupadas com essas definições, se é uma coisa ou outra, se alguém tem o direito de ter um nome ou outro. Eu acho que no caso da Bioantropologia isso é mais leve, isso não é tão crítico. Acho que quem está dentro de laboratório, trabalhando com material humano, está muito menos preocupado com o título e com qual é o nome que se dá ao profissional e está muito mais preocupado com a qualidade do trabalho que é gerado, para as pesquisas que são produzidas e do conhecimento que é trocado entre as áreas que trabalham em conjunto.

Entrevistadora: Qual a sua linha de formação?

Rodrigo: Eu sou dentista e sigo sendo dentista. Eu vivo da odontologia. O que me sustenta é o meu consultório e o que eu faço aqui é por prazer. Estou na universidade de dois a três dias por semana e outros dois ou três no consultório e acho que, até por isso, eu levo de forma muito mais leve essas questões de definição, de nomenclatura, porque na verdade a minha formação, o meu diploma é de dentista e isso para mim é suficiente e pouco importa.

Entrevistadora: Durante sua carreira profissional você se deparou com questões de cunho ético relacionadas à escavação de remanescentes humanos? Como escavação de cemitérios, reclamação dos remanescentes por determinada comunidade, exposição em museus ou negligência no acondicionamento em campo ou laboratório?

Rodrigo: Eu presenciei. Eu não fazia parte da equipe. Eu presenciei um problema que foi longo, até hoje não deve ter sido resolvido em San Pedro do Atacama, no norte do Chile. Nas minhas presenças de escavação, aqui no Brasil, eu nunca tive nenhum desses problemas relacionados ao sítio arqueológico.

Eu trabalhei na Serra da Capivara e na Serra da Capivara tem um problema pela criação do parque, que acabou separando comunidades, isolando um cemitério, por sinal dentro do próprio parque. Isso é tema que você

provavelmente vai encontrar nas suas futuras entrevistas. Mas, relacionado ao sítio, ao trabalho de campo, eu nunca tive.

Em San Pedro do Atacama, eu estive pela primeira vez naquele lugar em 2001, e eu visitei o museu de San Pedro e o museu tinha algumas múmias expostas e era um dos atrativos do museu. E quando eu voltei para fazer o meu doutorado lá em 2010 já tinham sido todas removidas, por uma demanda da comunidade da região, e também continuava uma briga que eu acredito que não tenha sido resolvida até hoje, se o museu todo ia ser passado para as comunidades ou se ia ficar na mão da Universidade do Norte do Chile.

Então, eu presenciei algumas discussões sobre o assunto, mas não diretamente com o meu trabalho. Obviamente que eu estava trabalhando com esqueletos que eram o tema desta discussão, mas isso já estava dentro do museu e a discussão era na verdade: quem tomaria conta do museu? E acho que talvez até por uma certa ignorância da comunidade, achando que o museu gerava muito dinheiro, e eu não sei quão honesta e sincera era essa busca pela preservação do material. O material estava relativamente bem preservado dentro do museu, mas aí já é uma questão que eu não consigo te aprofundar mais do que isso.

Entrevistadora: E negligência dentro do laboratório? Ossos dentro de caixas de papelão, em saco de supermercado fechado com um araminho, com papel dentro, um monte de osso junto? Essa normalidade que são tratados, você viu isso?

Rodrigo: Sim. E em todos os lugares, com exceção ao laboratório do Walter. Mas isso, eu acho que a gente tem que ter um pouco de cuidado também de sair atirando contra essas instituições e essas pessoas que, não necessariamente, não tinham cuidado com o material. Eu acho que talvez o que a gente possa realmente cobrar das instituições, onde eu vi isso (e isso eu vi em quase todos os lugares por onde eu passei) eu acho que talvez a gente deva considerar como uma lentidão das instituições em adequarem o seu acervo às novas condições que a gente tem hoje para se trabalhar.

Então, o Walter foi sempre muito preocupado com isso. Então o Walter desde o começo, que eu estou aqui, já fazem 12 anos, o Walter é extremamente preocupado com o material sob a responsabilidade dele. Ele de

fato é. Ele sempre se preocupou com o acondicionamento das caixas, com o transporte de material, com tudo isso. E algumas vezes eu vi o Walter colaborando com outras instituições para melhorar o armazenamento e a forma como você trabalha o material, em outras instituições. Mas nem todas as instituições conseguem fazer isso, nem todo mundo tem essa velocidade de ir trocando os materiais que foram usados. Quer dizer, lá atrás, quando a pessoa colocou o saquinho, como você falou, e amarrou com arame, ele estava comparando com o anterior a ele, que colocava numa caixa de madeira cheia de algodão ou que embrulhava em jornal.

Então, eu acho que é algo que é uma evolução, que há uma transformação ao longo do tempo e que materiais novos vão sendo colocados e nós vamos descobrindo que também ao estudar, ao pegar esse material mal armazenado, que a gente tem coisas melhores para fazer. E eu acho que a dificuldade está na grande parte das instituições de adequar o que eles têm de muitos anos para o que tem de melhor hoje. Seja ela por falta de pessoal, que também não é novidade, seja ela por falta de recurso, que é menos novidade ainda, ou por falta de local ou estrutura física que as universidades também têm dificuldade. Estou falando universidades, mas a gente pode estender para museus, e assim por diante. Para adequar o que a gente sabe hoje que seria melhor.

Entrevistadora: Quais procedimentos você costuma realizar ao encontrar remanescentes humanos em uma escavação?

Rodrigo: Nas escavações que eu participei, a gente sempre foi com o intuito de remover o material que nos compete, que seriam remanescentes humanos. Mas, eu vou fazer um paralelo com um episódio que aconteceu em 2016 na Lapa do Santo, em que durante a escavação um dos nossos alunos me chamou e falou: “Rodrigo o que que é isso aqui?” E eu olhei e pensei que ao longo dos anos eu já tinha me deparado algumas vezes, principalmente no início da minha carreira, eu tinha me deparado com algumas estruturas que eu fiquei muito desconfiado que fosse um coprólito em campo. E as vezes que eu perguntei para os meus superiores, eles falaram “isso não é nada, é de bicho e tal”. E eu não estou discutindo se era ou não era, mas início da nossa etapa de 2016 eu falei com o André Strauss e disse “André, esse ano eu vou me atentar

mais a isso, porque eu acho que a gente tem coprólito naquele sítio”. E foi exatamente o que aconteceu. Por pura sorte, não acontece todo ano, o aluno me chamou e tinha muita cara de coprólito apesar de eu não trabalhar, de nunca ter visto um pessoalmente, só ter lido e visto em trabalhos científicos. E aí eu parei tudo e tive o mesmo problema que as pessoas que não trabalham com esqueletos humanos têm que é olhar e pensar “e agora? O que que nós fazemos?”

Então, nós tínhamos uma equipe bastante grande, uma dessas pessoas já tinha trabalhado em laboratório com coprólito, mas também não tinha tido nenhum conhecimento de como se faz uma coleta disso. E nós fizemos o que deve ser feito, assim como o que deve ser feito quando os arqueólogos se deparam com um esqueleto, você para tudo e busca informação ou não mexe no material. E o que a gente fez foi: a gente parou, voltamos para base na noite e conversamos no dia seguinte com um pessoal no Rio de Janeiro, que eram quem poderia nos receber e são as pessoas que estão hoje analisando esse material, que ainda não sabemos se de fato é, e pedimos a orientação de como fazer essa coleta. Então, eu acho que o mais correto é ser feito isso, parar e pedir ajuda para quem entende.

Entrevistadora: Você teria algum conselho para estudantes que gostariam de seguir nessa linha de formação?

Rodrigo: Qual delas?

Entrevistadora: Bioantropologia ou Bioarqueologia.

Rodrigo: Eu sou muito encantado com essa disciplina, não sei como são os meus outros colegas, mas eu gosto muito do que eu faço, a ponto de eu deixar o meu consultório particular de lado, meus pacientes me xingando que não tem horário, conseqüentemente eu deixar de ganhar dinheiro para estar aqui. Então, eu acho demais a profissão, e a minha formação básica de saúde, esse meu encantamento com o ser humano, com a biologia do ser humano, fez com que de fato a minha vida na Bioantropologia fosse um pouco mais fácil. Então, a minha formação, ela é muito diferente de alguns colegas que eu tenho na Bioantropologia. Obviamente, eu tenho buracos muito importantes e até por isso eu não gostaria de colocar bioarqueólogo no meu nome, porque os meus

buracos na Arqueologia não me permitiriam colocar o nome de bioarqueólogo, apesar de em algumas entrevistas as pessoas já terem colocado, mas em compensação o meu conhecimento em biologia humana me favoreceu demais. Então, para alguém que fez mais ou menos o meu caminho e veio da área da Saúde, da Biologia, a Bioantropologia tem um caminho muito bonito e eu acho que são os conhecimentos de evolução, que eu acho que nos falta, e de Arqueologia que eu acho que eles deveriam focar a vida deles, para se formar um bioantropólogo ou um bioarqueólogo.

Para o pessoal que vem das humanas, que eu acho que é o caminho que você está imaginando, eu acho que é uma área que carece de gente para trabalhar, é uma área que tem material para chuchu para trabalhar no Brasil e fora, e que é uma possibilidade sim de seguir uma carreira. Mas que vai ter a mesma dificuldade da carreira de arqueólogo, ou qualquer outra: que é a carreira acadêmica, a busca de projetos, a busca no futuro de um posto de trabalho definitivo dentro de uma universidade, ou dentro de uma empresa de consultoria. Mas, eu acho que é uma profissão fantástica para quem quiser embarcar nisso e eu acho que o nosso grupo tenta sempre mostrar essa paixão que a gente tem pelo que a gente faz, até pela forma apaixonada que grande parte da equipe coloca o trabalho. Nossas etapas de campo ou laboratório sempre foram muito tranquilas, sempre um ambiente muito gostoso, porque as pessoas estavam fazendo o que gostam.

2.2.5 Entrevista com Márcia Lika Hattori, realizada em 18/03/2018

Entrevistadora: Qual sua definição para Bioarqueologia e Bioantropologia?

Marcia: Olha Raíssa, eu vou te explicar assim, mais ou menos, talvez indo um pouco para esse lado, eu te esclareça o meu campo no final das contas e onde eu trabalho especificamente com relação a esse tema. Porque no fundo eu sempre estive muito focada na relação principalmente entre os remanescentes humanos (pelo menos quando eu estava fazendo o mestrado), com as diferentes comunidades que estavam envolvidas, então, as relações de pertencimento, etc. Então, no fundo eu sempre tive esse enfoque e

principalmente relacionado a esses contextos mais recentes, contextos históricos e, mais recentemente, que é o que eu faço agora. É esse contexto em que eu trabalho com Antropologia Forense e na Arqueologia do passado contemporâneo.

Acaba que é um pouco esse o meu background, quando vou me definir, o que faço da vida, o que eu entendo como meu campo de conhecimento. Eu venho da Arqueologia e principalmente trabalho com Arqueologia Forense e Antropologia Forense. Onde eu me sinto confortável e digo que eu atuo, é nesse campo e mais especificamente pensando nessas relações entre familiares, as questões de desaparecidos, ou mesmo dos remanescentes humanos com as diferentes comunidades.

Quando você disse que queria falar comigo eu pensei “puxa, eu não trabalho especificamente com Bioarqueologia”. Então, eu não faço análise de remanescentes humanos, trabalhei um pouco na questão principalmente das escavações e acho que aí é um pouco até onde eu vejo que posso contribuir nesse campo, mas a análise dos remanescentes humanos, etc, é algo, que por exemplo, não é a parte que eu atuo.

Eu cheguei a participar, principalmente aqui na Espanha, com o caso das escavações e como a arqueologia e mais especificamente o quanto a gente pode trabalhar nesses contextos com bioantropólogos e bioarqueólogos.

Entrevistadora: Exatamente por você trabalhar com essa questão ética que eu queria tanto entrevistar você para o TCC, para você contribuir com esse olhar para a questão da relação entre os remanescentes e as comunidades. Mesmo que na Antropologia Forense e na Arqueologia Forense se trabalhe com o contexto mais recente, eu acho interessante isso ser discutido também nos contextos de Bioantropologia e Bioarqueologia, porque não é só porque é mais antigo que não possam haver pessoas que se relacionem com esse local, seja morando nele ou por relação de descendência, dependendo da situação. Ou que esses remanescentes mais antigos mereçam menos o respeito de ser acondicionados de maneira correta, etc.

Márcia: Concordo com você e acho que na questão da temporalidade nesse contexto, quando a gente pensa na relação entre as pessoas, comunidades, pessoas que tenham uma relação de parentesco direta, ou não,

ela não depende muito da temporalidade no fundo. Vide exemplos como o NAGPRA, aquele ato nos Estados Unidos e etc, nós estamos falando de remanescentes humanos de 2.000 anos, 3.000 anos, e que comunidades indígenas reclamam como seu parente e, enfim, é isso. Uma vez que sendo seu parente, você tem o direito de dar um enterro digno ou que não seja manejado da maneira como foi.

Acho que a maneira como se constitui a disciplina e esse campo principalmente que está muito vinculado à Antropologia do século 19, é fundamental essa discussão ética e isso vem vindo desde essas comunidades indígenas, por reclame das próprias comunidades.

Achei interessante que você comentou da conservação. Uma vez eu estava conversando com familiares de desaparecidos e a conversa era justamente no sentido de que: eles não podiam ficar do jeito que estavam, abandonados, etc. Então, o que a gente tem pensado são nas caixas de plástico e na curadoria, ou seja, só a curadoria, só o fato de limpar era dar uma dignidade a essas pessoas que estavam desaparecidas e jogadas como se fossem qualquer coisa. É isso que eu acho que é a grande preocupação com esses trabalhos que envolvem remanescentes humanos, que é o quanto você objetifica, como objeto de estudo, e não como seres humanos que tiveram vínculos, familiares, pessoas, que tinham uma identidade.

Quando estava trabalhando, procurando referências e tudo mais, um texto que eu gostei muito foi o da Tânia Andrade Lima que é meio antigo, eu acho, que ela vai falar sobre remanescentes humanos em contextos históricos e como lidar. No fundo eu acabei caindo um pouco nesses debates quase que como um acaso, na época eu trabalhava na Zanettini, em uma empresa de consultoria de Arqueologia, e foi um pouco lidando no dia-a-dia do trabalho e nos diferentes contextos que a gente acaba caindo como arqueólogos. Então, é um pouco essa coisa que eu falo no mestrado, o quanto o olhar do arqueólogo está voltado (principalmente no contexto da arqueologia de contrato) para “vou procurar o sítio pré-colonial lítico” e ignora completamente o resto, como se isso não fosse parte da Arqueologia. Mas, eu acho que aí vai além da discussão dos remanescentes humanos e um pouco o preconceito que se tem em relação aos contextos mais recentes, ainda que isso tenha mudado bastante no Brasil. Nos últimos anos nos congressos tem bastante gente

trabalhando com os contextos mais recentes, principalmente na UFMG, mas eu acho que isso é uma virada bastante recente, porque esse preconceito em relação ao mais recente era muito latente.

Entrevistadora: Durante sua carreira profissional você se deparou com questões de cunho ético relacionadas à escavação de remanescentes humanos? Como escavação de cemitérios, reclamação dos remanescentes por determinada comunidade, exposição em museus ou negligência no acondicionamento em campo ou laboratório?

Márcia: São muitos, o duro é lembrar. Mas tem muitos! Em relação à solicitação da comunidade foi só o contexto do Fazendinha que eu cheguei a viver que existe uma reclamação e ela ocorre até hoje. Porque ainda que tenha sido feito um trabalho, etc, é um pouco aquilo que eu discorro no mestrado: ao tornar-se patrimônio, ao se tornar sítio arqueológico, o Fazendinha, o que aconteceu foi que eles foram retirados do local onde estavam, então até hoje existe a reclamação por parte da comunidade com a solicitação da repatriação. O que acontece é que uma vez que está nesse entrave entre o Ministério Público, enquanto a ação não for resolvida contra a Transnordestina, contra o empreendimento, os remanescentes humanos não vão voltar. Esse é o caso mais específico de repatriação que eu me lembre.

Tem outro, mas esse eu não cheguei a viver pessoalmente e sim que eu ouvi, de uma demanda de grupos indígenas dos Krenak de Minas Gerais, que eles têm notícia de um remanescente humano que estava na terra indígena deles e que foi roubado por um pesquisador que eles não sabem dizer quem é e que eles estavam reclamando justamente a repatriação ou enterro digno, etc. E eles fizeram uma solicitação disso em um congresso no interior de São Paulo que eu participei. Esses são os dois casos que eu conheço que eu estava mais próxima, de pedido de repatriação.

Em relação a principalmente todas as negligências, problemas éticos, etc, relacionados a acondicionamento, negligência em laboratório etc. Eu acho que eu vivi mais no contexto de Antropologia Forense ligado a desaparecidos políticos da ditadura. Eu trabalhei com o grupo de trabalho Perus, não sei se você chegou a falar com alguém de lá?

Entrevista: Eu entrevistei a Marina Di Giusto (...)

Márcia: Então, eu acho que os exemplos mais latentes, e vivos no meu coração são relacionados a problema de acondicionamento, negligência, problemas éticos envolvendo laboratório, etc. Foram todos. Mas aí eu não acho que o problema era da Arqueologia em si e de arqueólogos, foi muito mais uma questão da luta de forças e da disputa do campo científico com relação aos outros campos do conhecimento. Do mesmo jeito que a Bioarqueologia e os bioarqueólogos muitas vezes lutam muito pelo papel deles, na participação, inclusive para a recuperação dos remanescentes humanos da maneira correta e etc. Eu vivi muito isso em relação a outros profissionais como odontólogos, médicos, tanto no contexto do Araguaia, em que eu participei dos trabalhos de prospecção na busca de desaparecidos políticos, guerrilheiros do contexto da guerrilha do Araguaia. Como também no contexto da vala de Perus e também lá no sertão da Bahia. Então, em todos eles eu vivi diferentes questões bastante complicadas com relação a esses quesitos que você mencionou.

No Araguaia, relacionado a questões éticas eu vivi coisas absurdas, desde escavação em um cemitério ativo em que as famílias que tem seus parentes lá, que são da comunidade local e a própria busca era absurdamente violenta. Porque a busca dos desaparecidos criava uma grande... Porque pensa fazer buracos em um cemitério, próximo do dia de finados, e as pessoas da comunidade perdendo a localização de onde estava a sepultura do seu ente querido. Justamente, pela maneira que essas buscas estavam sendo desenvolvidas, então obviamente ali você não vê arqueólogos, a presença de arqueólogas passa a ser mais sistemática a partir de 2012, se não me engano, mas tem um artigo do Rafael que fala melhor sobre isso, sobre os trabalhos do Araguaia e tal. Mas é esse tipo de coisa que eu vivia no Araguaia.

Teve um caso mais recente que foi a minha última participação no Brasil que foi no sertão da Bahia, a busca de um desaparecido político chamado João Leonardo da Silva Rocha, e no fundo é um pouco o espaço que a gente tem como profissionais nesses contextos que são totalmente ocupados por médicos e pessoas da polícia. Envolveu a mesma coisa, uma busca em uma sepultura específica, eu fiz o trabalho de reconhecimento preliminar, então fiz o levantamento da documentação, as entrevistas ante morte com as pessoas e, claro, pensando inclusive que naquela comunidade específica para eles

enterrar era diferente que, por exemplo, em São Paulo que tem uma superpopulação, que tem uma lei que você tem que exumar depois de três anos e no interior na Bahia não. Então para eles era muito agressivo a possibilidade de uma exumação, ainda que eles entendessem plenamente que era a busca de um desaparecido, que a família estava esperando, etc.

Entrevistadora: Quais procedimentos você costuma realizar ao encontrar remanescentes humanos em uma escavação?

Márcia: Eu acho que você sempre deve contar com um bioarqueólogo ou bioantropólogo, depende de como cada um se auto-identifica, mas eu acho que isso depende muito de cada contexto, desde questões de orçamento em si, de equipe, o ideal é você sempre contar com um bioarqueólogo ou bioantropólogo em uma escavação porque a chance é grande de você encontrar, principalmente em casos forenses onde você está procurando o remanescente humano, então é fundamental você contar com alguém especializado nisso.

Entrevistadora: Nas escavações que você encontrou remanescentes humanos, lembra-se da equipe integrar um bioarqueólogo ou conservador?

Márcia: Conservador não, bom e aí eu estou te falando de contextos forenses. Mas, bioarqueólogo sempre. Mas, conservador eu nunca vi, e você falando isso me lembrou de uma coisa: uma vez eu estava no laboratório, fazendo a limpeza dos remanescentes e lembro que estava pegando com aquela pinça um pouco maior os fragmentos que ainda tinha na peneira, e colocando no saquinho e tinha uma familiar do lado olhando e disse “nossa esses tão pequenininhos, não dá para saber nada”. Eu falei “é difícil, os que tão muito, muito, muito, fragmentados, é um pouco complicado, mas dá para saber” e ela disse “nossa! mas pensando bem, é fundamental porque às vezes o que um familiar vai receber não vai ser mais do que alguns fragmentinhos de osso mesmo, então pegar essa coisa mesmo que minúscula é um pouquinho a mais do que tinha antes para família receber do seu parente”. Me fez pensar muito nessa questão do cuidado, de conservar, essas funções estão completamente atreladas.

Entrevistadora: Quais os seus conselhos para os estudantes interessados em seguir na carreira de Bioarqueologia e Bioantropologia?

Márcia: Pelo que eu vivi é muito de você ir atrás dos cursos, correr atrás dos professores e no fundo, em alguma medida, acaba que a gente tem que ter um capital para poder se formar como tal. Se a Arqueologia já é extremamente elitista e etc, nesse campo eu acho que é mais ainda, pela não oferta que você vê nos cursos de graduação e etc. Acaba que você tem que se deslocar para outros lugares, fazer muitos trabalhos de graça até ter experiência, a maior parte dos estágios que eu fiz não foram remunerados, e eu me sinto sortuda de poder ter feito esses trabalhos de campo e ter ficado um mês em Lagoa Santa. Enquanto eu tenho colegas da minha idade que não tiveram a oportunidade de ir para algum trabalho de campo, se formaram, fizeram mestrado e nunca fizeram um trabalho de campo na vida. Acho que Arqueologia é assim e a Bioarqueologia é pior.

2.2.6 Entrevista com Camila Diogo de Souza (via e-mail), realizada em 07/06/2018

Entrevistadora: Qual a definição de Bioarqueologia e Bioantropologia para você?

Camila: Enquanto arqueóloga e especialista nos estudos de contextos funerários, sou coordenadora de um grupo de pesquisa registrado no CNPq, intitulado TAPHOS (Grupo de Pesquisa em Práticas Mortuárias no Mediterrâneo Antigo). Durante os 15 anos de pesquisa no assunto, meu testemunho e conhecimento no tema indicam que os dois conceitos são bastante recentes e controversos e variam, fundamentalmente, de acordo com as origens e abordagens científico-acadêmicas dos pesquisadores nos diferentes continentes: Américas em geral, mas sobretudo, nos Estados Unidos e Europa, de uma maneira não tão generalizante, apresentando maiores divergências entre os especialistas nos diversos países europeus, mas sobretudo, na França, Reino Unido, Grécia e Itália. São conceitos e especialidades bastantes recentes e, vale lembrar (ressaltar!!!) que NINGUÉM

no Brasil recebe diploma de bioarqueólogo ou bioantropólogo. Aqueles que se automeiam como bioarqueólogos são graduados, na verdade, na grande maioria dos casos, em Biologia (com especialização em antropologia física), Medicina (com especialização em medicina legal), Arqueologia, História e Ciências Sociais. Em alguns casos, Odontologia também. E os bioantropólogos são formados, na esmagadora maioria dos casos, em Biologia (com concentração na área da Antropologia Física), mas também há uma grande quantidade de “bioantropólogos” formados em Odontologia, com especialização em Odontologia Legal. Estes últimos correspondem, fundamentalmente, àqueles que atuam em contextos forenses, na Antropologia Forense, mas também há especialistas com essa formação e que se auto-intitulam como tais que atuam em contextos arqueológicos.

Muitos entendem a Bioarqueologia e a Bioantropologia como um campo restrito à análise osteológica dos remanescentes humanos. Na Arqueologia, sobretudo, outros profissionais utilizam o termo Bioarqueologia como um campo muito mais abrangente, interdisciplinar, que inclui estudos osteológicos de remanescentes humanos, animais (Zooarqueologia), e ainda, Tafonomia e Geoarqueologia, por exemplo. Nesse sentido, a ideia é considerar o termo “bio” como tudo que se refere à vida, não só aos remanescentes animais (humanos e não-humanos) mas, também aos contextos funerários como um resultado da ação dos vivos, incluindo também um estudo do conjunto da materialidade gerada a partir das práticas rituais efetuadas em relação à morte pelos vivos, isto é, os acompanhamentos, a arquitetura e a topografia funerária.

Particularmente, gosto desta última abordagem e conceitualização da Bioarqueologia, mas acho crucial indicar que essa posição nada mais é do que fazer Arqueologia das Práticas Mortuárias!!! JAMAIS o “bioarqueólogo”, enquanto um especialista com formação nas áreas que relatei acima e entendido como o especialista em análise osteológica de remanescentes humanos deve analisar e interpretar um contexto funerário sozinho. A Bioarqueologia, da mesma forma que a Arqueologia Funerária deve ser entendida como multi e interdisciplinar, com a COLABORAÇÃO efetiva dos vários especialistas nos vários aspectos da cultura material de natureza funerária que, intrinsecamente, é multifacetada!!! Infelizmente, alguns “bioarqueólogos” atualmente acreditam serem capacitados para alcançar a

interpretação das práticas funerárias e do todo dos contextos funerários a partir da especialização em Osteologia Humana... A análise osteológica dos remanescentes humanos, que durante muitas décadas foi descartada, ignorada e deixada em segundo plano, adquire hoje um papel central e quase exclusivo nas análises dos contextos funerários que relega, menospreza e desqualifica os demais aspectos da cultura material mortuária. É impossível enquanto arqueólogos (no geral) sermos especialistas em tudo. O diálogo, a interação e o trabalho em conjunto é vital para o alcance de interpretações muito mais enriquecedoras, plausíveis e profícuas, que abrangem a complexidade do registro de natureza funerária.

É essa minha posição e minha visão da Bioarqueologia hoje e como eu acho que ela deve ser entendida: como um campo multi e interdisciplinar que visa a colaboração de vários especialistas para tentar entender a complexidade da materialidade da morte e das práticas rituais executadas pelos vivos.

Entrevistadora: Como você descreveria sua relação com a Bioarqueologia e Bioantropologia? (Detêm algum conhecimento da área, já realizou algum curso ou disciplina sobre, conhece profissionais da área, etc.)

Camila: Consideradas como a análise osteológica dos remanescentes humanos, minha experiência em Bioarqueologia e Bioantropologia pode ser classificada como extensa por meio do aprendizado prático nas escavações e na análise laboratorial do material esqueletizado proveniente dos contextos funerários arqueológicos desde 2007, com uma antropóloga física no sítio de Argos, Grécia. Sou a coordenadora responsável pela publicação desses contextos funerários datados do Período Geométrico (900 a 700 a.C. aproximadamente) em colaboração com especialistas de várias áreas. Particularmente, enquanto ceramóloga, analisei e escrevi os capítulos sobre o material cerâmico provenientes nessas sepulturas e trabalhei em conjunto com os demais especialistas que redigiram os respectivos capítulos e as conclusões em conjunto, sobretudo, com a “bioarqueóloga”. Além disso, fiz alguns cursos curtos sobre anatomia osteológica humana e, atualmente, há um ano e meio aproximadamente, estou trabalhando com Antropologia Forense, diretamente com casos de identificação do perfil biológico dos remanescentes ósseos humanos e por meio de um curso de especialização em Antropologia Forense

e Direitos Humanos na UNIFESP, onde atuo como professora visitante do CAAF (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense).

Entrevistadora: Durante a sua carreira profissional você se deparou com situações de cunho ético relacionadas à escavação de remanescentes humanos? (Como a escavação de cemitérios, reclamação dos remanescentes por determinada comunidade, exposição em instituições, negligência de acondicionamento em laboratório ou campo, etc.)

Camila: Sim, inúmeras vezes.... É praticamente impossível para quem estuda o ser humano, mesmo (e, talvez, principalmente) em seu estado cadavérico (isto é, aqueles que estudam os mortos e não os vivos!!!) não enfrentar questões relacionadas à ética e aos aspectos culturais. O viés científico sempre esbarra nas questões éticas. Muitos dos remanescentes esqueletizados dos contextos funerários que constituem objeto de estudo da publicação mencionada acima foram simplesmente descartados da reserva técnica do museu durante uma reorganização da coleção. A própria retirada dos remanescentes ósseos humanos do sítio arqueológico e a aplicação de métodos destrutivos de análise osteológica, como datação, o exame de DNA, de isótopos etc. são frequentemente questionados e repensados. O acondicionamento inadequado por falta de investimentos na pesquisa também sempre foi uma situação recorrente. Porém, é interessante ressaltar que tais problemas éticos são muito, mas muito mais acentuados nos contextos forenses. Fato inteligível devido à proximidade cronológica dos mortos em relação aos vivos, claro. Contudo, acredito que exatamente exemplos do presente que envolvem política, aspectos culturais, familiares e pessoais que relacionam diretamente e de forma identificada os mortos com os vivos evidenciam a necessidade de repensarmos a atitude dos pesquisadores (dos arqueólogos – ou bioarqueólogos) em relação aos remanescentes humanos do passado.

Entrevistadora: Quais procedimentos você costuma realizar ao encontrar remanescentes humanos durante uma escavação?

Camila: Inúmeros são os procedimentos. Exposição e coleta cuidadosa, sistemática e registrada dos remanescentes, levando em consideração o

estado de preservação dos mesmos, o tipo de enterramento, a idade biológica, condições do solo etc. Claro está também que inúmeros outros fatores influenciam uma escavação arqueológica em geral, e sobretudo, de contextos funerários, como os recursos humanos e financeiros, questões culturais, religiosas e éticas, além do fator fundamental do tempo disponível e equipe com conhecimentos específicos envolvida.

Entrevistadora: Nas escavações que você encontrou remanescentes humanos consegue se recordar se na equipe integrava um bioantropólogo, bioarqueólogo ou conservador?

Camila: Não em todas elas, infelizmente. Porém, na maioria delas, pelo menos havia pessoas com mais experiência nos procedimentos de escavação e retirada dos remanescentes humanos esqueletizados e com conhecimento básico em anatomia osteológica humana.

Entrevistadora: Você teria alguma orientação para os estudantes que gostariam de seguir carreira na Bioarqueologia? (no sentido de estudo de remanescentes humanos)

Camila: Saibam trabalhar em conjunto e não queiram fazer tudo sozinhos! Todos os elementos da materialidade da morte possuem o mesmo valor na compreensão das práticas rituais, da sociedade que produziu tais registros e, portanto, dos vivos. Não somos capazes de fazermos tudo sozinhos e devemos saber pedir auxílio para os demais especialistas. Ausência de interpretação instiga o conhecimento e a análise, a interpretação equivocada, enviesada ou alterada por falta de conhecimento, invalida e prejudica a produção de conhecimento. Além disso, escavar e analisar remanescentes humanos é uma tarefa extremamente difícil e complexa que envolve experiência e conhecimento específico dentro da própria especialidade, como por exemplo, os remanescentes osteológicos de subadultos, de neonatos, entre outras categorias etárias e também os remanescentes ósseos cremados, em seus diversos estados de carbonização até a calcinação. Escavar é destruir o sítio arqueológico e se essa “destruição” não for feita com sistemática, cuidado, registro, conhecimento e colaboração todas as informações do contexto funerário podem ser perdidas para sempre e,

dessa forma, a complexidade do registro de natureza funerária é reduzida, simplificada e ignorada comprometendo a produção de conhecimento, o compartilhamento do mesmo e os propósitos, usos e funções da nossa intervenção e atuação destrutiva inútil.

3 Breve histórico do estudo de remanescentes humanos em contexto arqueológico

Em termos globais, o estudo de remanescentes humanos em contexto arqueológico detém uma nomenclatura diferente dependendo dos fatores históricos de desenvolvimento da disciplina e seu enfoque teórico/metodológico. Este campo de estudo tem sua origem na Antropologia Física, principalmente do século XIX, tendo enfoque na anatomia humana e trabalhando prioritariamente na identificação e análise morfológicas dos ossos, para inferências principalmente de características “raciais”, baseadas em concepções evolucionistas. Os temas abordados pela Antropologia Física focavam em análises taxonômicas, classificação craniométrica, reconhecimento de linhagens étnicas, raças e traçagem de movimentos migratórios de raças (Buikstra e Beck, 2006; Armelagos, 2003; Larsen, 2002; Mendonça de Souza, 2009; Larsen, 1997).

No final do século XX, com o desenvolvimento da disciplina, se estabelece uma divisão entre Bioarqueologia e Bioantropologia, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Sendo o primeiro conceito relacionado aos estudos como: dieta, atividades físicas e patologias. E o segundo direcionado para: evolução humana, afinidade genética, migrações. Outras áreas de estudos foram inclusas como recursos para análise de remanescentes humanos, como por exemplo, concepções taxonômicas a respeito de aspectos antedeposicionais, deposicionais e pós-deposicionais. Compreendendo o material arqueológico osteológico humano como pertencente a um registro arqueológico que precisa ser analisado como um contexto, com aspectos biológicos, paleodemográficos, culturais, patológicos, genéticos e sociológicos, em conjunto com os processos de formação do registro de natureza funerária (extra funerários, ciclos funerários e pós-funerários) (Buikstra, 1977; Duda, 1978; Angel, 1947).

No Brasil, as primeiras coleções osteológicas foram formadas por escavações em sambaquis, principalmente nas regiões sul e sudeste do país, após as descobertas de Peter Lund, na Lagoa Santa em Minas Gerais, fazerem sucesso na Europa. Em decorrência da atenção que esses remanescentes receberam, D. Pedro II desenvolveu interesse nessas pesquisas e

proporcionou a institucionalização da Arqueologia, tendo como centro o Museu Imperial no Rio de Janeiro (Lessa, 2011; Mendonça de Souza, 2009).

Depois de um período de expansão do campo, como Verlan Gaspar Neto (2012) explica, nos anos seguintes a 1950 há no país uma redução, na produção de trabalhos e núcleos de estudo sobre Antropologia Biológica, ocasionado por uma dicotomia acadêmica criada entre essa área e a Antropologia Social e Cultural, principalmente pelo afastamento desta última com as teorias e métodos ligados aos primeiros anos de estudo da Bioantropologia, os quais ainda eram, em certa medida, aceitos e utilizados. Um intervalo que durou aproximadamente até os anos 1980, quando os esforços dos profissionais brasileiros, ligados principalmente a instituições estrangeiras, não permitiram a extinção do campo, o que resulta na formação de uma nova geração de pesquisadores. Como coloca o autor:

[...] se o seu desenvolvimento, em termos de quantidade de pesquisadores devotados à especialidade, ou das possibilidades de formação profissional na estrutura do ensino de Antropologia, não pode ser comparado àquele da Antropologia sociocultural, também é verdade que os estudos identificáveis em outros contextos como pertencentes ao domínio biológico da Antropologia, mas que dificilmente recebem o mesmo tratamento aqui dentro, não se restringem ao pretérito (...).O resultado de todos esses desdobramentos históricos é um cenário no qual a Bioantropologia brasileira contemporânea apresenta contornos específicos, especialmente quando considerados os seus aspectos institucionais e o lugar que ela ocupa dentro do campo da Antropologia brasileira em um sentido mais amplo. Tais arranjos guardam estreitas relações com questões como a identidade dos profissionais que a praticam, a visibilidade da área no Brasil e no exterior, as possibilidades de captação de financiamento e de formação profissional, entre outros (GASPAR NETO, 2012, p.80).

Gaspar Neto destaca como estudos dentro da Antropologia Biológica no Brasil os de: Paleoantropologia, Paleopatologia, Bioarqueologia, Antropologia Forense, Antropologia Biomédica, Primatologia e Genética das Populações Humanas (Gaspar Neto, 2012, p. 81). Demonstrando que essa área vem se aprimorando no país, com diferentes abordagens, porém relativamente recentes e dadas às devidas proporções, segue mantendo relações pouco exploradas com a Antropologia Social e Cultural.

4 Remanescentes humanos, legislação e ética

A legislação brasileira contempla o material arqueológico desde 1937 com o decreto nº 25³, que especifica em seu artigo primeiro:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (XXXXX)

Já com a lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961⁴, o Estado passa a definir suas responsabilidades sobre esse material:

Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o artigo 175 da Constituição Federal. (XXXXXX)

Posteriormente foi adicionada à legislação a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998,⁵ que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Até o presente momento, dentre as leis que envolvem o material arqueológico, em sua totalidade, compreendem como papel do Estado e dos arqueólogos: encontrar, proteger e conservar esses objetos, para que estes possam ser absorvidos pela sociedade nacional como parte da sua cultura através do conceito de patrimônio exposto em instituições de musealização.

Em relação ao trabalho arqueológico, existem quatro resoluções e portarias vigentes no momento, a Resolução CONAMA nº 001⁶ emitida pelo IBAMA, a Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988,⁷ emitida pelo IPHAN, a Portaria interministerial Nº 60, de 24 de Março de 2015⁸, a Portaria nº 44, de 19 de Fevereiro de 2016,⁹ emitida pelo IPHAN, e a Portaria 196 de 2016¹⁰, emitida pelo Ministério Público.

³http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf

⁴http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf

⁵http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm

⁶<http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>

⁷http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf

⁸http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_Interministerial_60_de_24_de_marco_de_2015.pdf

⁹http://www.lex.com.br/legis_27096893_PORTARIA_N_44_DE_19_DE_FEVEREIRO_DE_2016.aspx

¹⁰http://impresanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21527421/do1-2016-05-23-portaria-n-196-de-18-de-maio-de-2016-21527267

Sendo esta última, a única que integra um anexo com recomendações de processos de curadoria e acondicionamento em campo e em laboratório dos materiais arqueológicos, em seu Anexo I “Recomendações para a conservação de bens arqueológicos móveis” dentre as quais, estão recomendações para materiais de caráter frágil que inclui o material osteológico humano.

No que toca à legislação, fica evidente que as questões éticas relacionadas à Arqueologia de remanescentes humanos e seus impactos nas sociedades tradicionais não são contempladas pelas leis existentes. Da mesma forma, as leis e protocolos vigentes não parecem ter a preocupação em especificar diferentes métodos de escavação, conservação e acondicionamento desse material específico. Em países como a Austrália¹¹, Canadá¹² e Estados Unidos¹³, com recursos legislativos a partir do final de 1980 e início de 1990, surge um diverso corpo normativo estabelecendo a preservação e proteção de áreas e objetos pertencentes a povos tradicionais.

Isso mostra que no que toca à legislação, existe um deficit muito grande na questão dos remanescentes humanos descendentes de comunidades tradicionais, como territórios e outras manifestações culturais. Assim, é imprescindível que seja discutida e regulamentada, não como uma medida definitiva para sanar o problema, mas como um passo para alterar o cenário atual.

O Brasil não detém um código de ética próprio sobre a exposição de remanescentes humanos e outros objetos sagrados, porém em termos globais o ICON (International Council of Museums) em 2009, em seus itens, 2.5, 3.7 e 4.3 do Código de Ética para Museus determina que:

2.5 Materiais culturais “sensíveis” ou que podem ferir sensibilidades. Os acervos de remanescentes humanos e de material de caráter sagrado devem ser adquiridos somente se puderem ser conservados em segurança e tratados com respeito. Isto deve ser feito de acordo com normas profissionais, resguardando, quando conhecidos, os interesses e crenças da comunidade ou dos grupos religiosos ou étnicos dos quais os objetos se originaram.

3.7 As pesquisas sobre restos humanos e objetos considerados sagrados devem ser realizadas de acordo com normas profissionais, levando-se em consideração, quando conhecidos, os interesses e as crenças da comunidade e dos grupos étnicos ou religiosos dos quais os bens se originaram.

4.3 Exposição de objetos “sensíveis” e/ou que podem ferir sensibilidades. Os restos humanos e os objetos considerados sagrados devem ser expostos de acordo com normas profissionais, levando em

¹¹http://www6.austlii.edu.au/cgi-bin/viewdb/au/legis/cth/consol_act/aatsihpa1984549/

¹²<https://www.aadnc-aandc.gc.ca/>

¹³<https://www.nps.gov/archeology/tools/laws/nagpra.htm>

consideração, quando conhecidos, os interesses e as crenças dos membros da comunidade, dos grupos religiosos ou étnicos de origem. Devem ser apresentados com dignidade e respeito a todos os povos.

Tania Andrade Lima (1994) faz uma interessante discussão sobre o tratamento dos restos humanos descobertos em contexto histórico no panorama dos Estados Unidos e no Brasil. Do referido trabalho, vamos destacar vários trechos que consideramos importantes para a nossa pesquisa. O primeiro refere-se à conceição de distintas tribos indígenas com relação à vida após a morte:

A associação *Americans Indians Against Desecration* (AIAD), que congrega delegações de 97 tribos indígenas norte e sul-americanas, entende que a vida continua após a morte, no mundo dos espíritos, e qualquer interrupção ou atraso nessa jornada constitui uma violação (Hammil & Cruz, 1989: 195-6). Todos os nativos americanos, do passado e do presente, estão espiritualmente ligados, e os vivos são responsáveis pelo bem estar dos mortos. Assim, o sofrimento dos espíritos, decorrente da perturbação dos seus restos, traz consequências adversas para os vivos e precisa ser evitado a qualquer custo (Ubelaker & Grant, op. Cit.:257). (LIMA, 1994, p.7).

Com relação aos defensores da repatriação e reenumeração, Lima expressa:

Posicionam-se abertamente contra a intransigência de determinados segmentos da comunidade, que na verdade estariam temerosos da diminuição de seu campo de trabalho; contra cemitérios entendidos como sítios arqueológicos; contra restos humanos considerados como “espécimes de laboratório” ou como evidência científica; contra a sua escavação, coleta, análise, publicação e exibição pública em museus; contra a confecção de fotos, vídeos e filmes, por considerar tais procedimentos como altamente desrespeitosos e ofensivos à dignidade dos mortos, além de extremamente perigosos, na medida em que mexem com forças incontrolláveis (Meighan, 1984:217), ignorando os ritos religiosos e cerimoniais adequados para se lidar com elas. (LIMA, 1994, p.7).

Por outro lado, segundo a referida autora, a postura oficial da Society for American Archaeology é a de considerar os restos humanos como parte do registro arqueológico. Eles constituem uma fonte importante de informação, permitindo:

(...) correlações bioculturais e fornecem dados bioarqueológicos para a paleogenética, paleodemografia (taxas de mortalidade, longevidade, estrutura das populações), paleopatologia e paleonutrição. Importantes aspectos de dinâmica e organização social podem ser feridos não só através de restos, mas também do tratamento dispensado aos mortos, como estratificação social, aspectos religiosos e ideológicos, movimentos populacionais, trocas comerciais, padrões de residência e assim por diante, o que justifica amplamente o seu estudo e pesquisa. (LIMA, 1994, p.9).

Lima sugere no final do seu trabalho a adoção, como início de discussão, de duas possíveis condutas a serem adotadas caso a equipe arqueológica se depare com cemitérios históricos:

- Restos humanos históricos não devem ser por princípio perturbados, a menos que isto seja inevitável. O interesse científico não é considerado, por si só, razão suficiente para a sua perturbação.
- Em caso de intervenção, o tratamento a ser dispensado aos restos humanos deve ser discutido com as populações descendentes, que terão sempre a última palavra na questão (LIMA, 1994, p.16).

Vale a pena destacar, com relação a ambos enunciados, que na maior parte das vezes, não é o que tem acontecido no panorama brasileiro.

4.1 Conservação e ética

Nesse contexto, se encaixa a questão das reservas técnicas, ambiente que integra parte da instituição de salvaguarda (museus ou instituições de ensino) desses materiais, onde o material arqueológico é armazenado. O problema se encontra na quantidade de objetos resguardados em relação à capacidade que esses ambientes suportam; na falta de materiais fundamentais para acondicionar de maneira adequada e realizar os procedimentos de preservação desses objetos; em conjunto com o fato de o trabalho realizado em laboratório, de pesquisa e conservação serem partes demoradas do processo de análise e que demandam além de recursos a longo prazo, pessoal capacitado para realizar tais processos. Como explica Ivone Bezerra (2009):

(...) este fato não ocorre devido à falta de interesse e empenho por parte dos profissionais da área, e sim, no caso do Brasil, como consequência do atual quadro em que se encontra o investimento em pesquisas e curadoria de coleções, e à carência de pessoal técnico qualificado para fazê-lo (Bezerra, 2009, p.124).

É importante destacar o papel da conservação na retirada de informação e tratamento ético dos objetos arqueológicos. Segundo o referido autor:

É possivelmente grande a quantidade de material de valor científico inestimável que se tem degradado nas reservas técnicas dos museus e nos repositórios de bens arqueológicos, onde a falta de condições ambientais propícias, de um bom acondicionamento e armazenamento, causam problemas tanto na análise quanto no que se refere à preservação das características morfológicas dos remanescentes

ósseos. De Güichen (1984) explica que a temperatura em relação à umidade relativa do ar interfere de modo negativo na estrutura do material orgânico. No caso do osso humano, Wanda Lorêdo (1994), estima uma umidade relativa entre 45% e 50% e a temperatura entre 25° C e 30° C, como material. Sobre o descarte ou perda do material arqueológico, Christenson (1979) afirma que isto é claramente não ético e severamente condenado, uma vez que o código de ética da Sociedade de Arqueólogos Norte Americanos (McGimsey III & Davis, 1977) requer curadoria permanente de todos os espécimes e registros resultantes de projetos arqueológicos. O mesmo tipo de cuidado está previsto no código de Ética discutido e aprovado para o Brasil a partir da VIII Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, ocorrida em 1995, em Porto Alegre. Infelizmente, muitos museus e repositórios de acervos arqueológicos são pequenos, mal equipados e inadequados para preservação em longo prazo. (Bezerra, 2009, p. 125).

Já com relação às condicionantes ambientais referidas para uma melhor conservação de restos ósseos, Pugès e Fernández (2012) referem uma série de valores, a serem observados durante as exposições; caso contrário, podem ocorrer: deformações dimensionais, gretas, fraturas, mudanças cromáticas e/ou eflorescências. As medidas de conservação preventiva propostas pelos referidos autores abrangem: não expor à luz natural de forma direta ou indireta e não exceder de 50 lux¹⁴; umidade relativa entre 50-60% e estável¹⁵; temperatura próxima aos 18° C e estável, e; ambiente livre de emanações ácidas. Nessas condições é minimizada a ação de agentes internos e externos que atuam na degradação do material. Essas medidas são necessárias em conjunto com “etapas de trabalho” referentes à: adequação do local de trabalho, limpeza, secagem, organização por região anatômica e identificação de atributos biológicos básicos, fixação provisória e restauração definitiva, numeração, Inventário ósseo, acondicionamento, armazenamento na reserva técnica e regulamentação relativa ao acesso às coleções (Lessa, 2011, p.6).

No entanto, a degradação não ocorre somente dentro do laboratório. A escavação influencia na desestabilização físico-química dos materiais, ao interferir em um ambiente onde os objetos já estavam “adaptados”. As primeiras etapas de escavação são cruciais para recuperação de objetos extremamente danificados pela ação do tempo, em conjunto com fatores climáticos e geográficos. Assim, é importante a presença de um ou mais profissionais com conhecimento ou acesso à informação de como realizar os procedimentos necessários. A presença de um profissional com conhecimento

¹⁴“A unidade utilizada para medir a intensidade de luz é o lux (lúmen por metro quadrado – lm/m²).” CAMACHO, Clara. **Plano de Conservação Preventiva: bases orientadoras, normas e procedimentos**. Lisboa: IMC, 2007. página 97

em conservação é tão essencial quanto a de um arqueólogo com conhecimento de contextos funerários. Neste sentido, Mendonça de Souza & Rodrigues-Carvalho (2013) referem que:

(...) ossos humanos não são apenas testemunhos absolutos, mas também relativos, e como tal devem ser lidos antes de saírem de sua localização original no sítio arqueológico. *In situ*, ossos humanos testemunham eventos relacionados a eles próprios, assim como lugares onde foram depositados. Tais informações podem ser essenciais à interpretação arqueológica (MENDONÇA DE SOUZA & RODRIGUES-CARVALHO, 2013, p.555).

As medidas em campo e laboratório de conservação preventiva, acondicionamento adequado e manutenção periódica nas reservas técnicas, são essenciais para estabelecer a prioridade de uma relação de respeito, assim como o são em relação à preservação da informação científica para estudos, no presente ou “a posteriori” e quando permitido pelo poder judiciário, ante a um processo de repatriação, o retorno dessas pessoas para sua comunidade de origem no melhor estado possível.

Para concluir esta sessão, é imprescindível ressaltar que, como já foi discutido anteriormente, todo material arqueológico pertence à Nação brasileira, incluindo pessoas encontradas em contextos antigos ou recentes, em sítios pré-históricos ou coloniais. Nesta situação, as famílias relacionadas a esses remanescentes encontram extrema dificuldade dentro da lei em finalizar um processo de repatriação desses indivíduos (Souza, Hattori e Fischer, 2013), um processo de violência, que caracteriza o arqueólogo como autor e desfrutador dos resultados desse trabalho. Fato este que contribui para a construção de uma imagem social, já permeada de fantasia, pouca divulgação, falta de conhecimento geral do público sobre a área de atuação desses profissionais (Tega, 2012; Zapatero e Castaño, 2015; Candido, 2015) e um histórico de disciplina, permeado de colonialismo e apoderamento cultural (Ferreira, 2013).

¹⁵ "Na implementação de uma estratégia de controlo ambiental, o objectivo é providenciar condições que impeçam valores extremos e rápidas oscilações de temperatura e humidade relativa. Essas oscilações nunca devem ser superiores a 10% em 24 horas." CAMACHO, Clara. **Plano de Conservação Preventiva: bases orientadoras, normas e procedimentos**. Lisboa: IMC, 2007. página 60.

5 A formação em Arqueologia no Brasil e sua relação com os remanescentes humanos: o caso dos currículos

Hoje no Brasil existem 14 instituições ofertando o curso de bacharelado em Arqueologia: a Universidade Federal de Sergipe (UFS) (Laranjeiras, SE), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) (Rio Grande, RS), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) (Goiânia, GO), Universidade Federal do Piauí (UFPI) (Teresina, PI), Universidade Federal de Rondônia (UNIR) (Porto Velho, RO), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) (Santarém, PA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (Recife, PE), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (Rio de Janeiro, RJ), Universidade do Estado do Amazonas (UEA) (Manaus, AM), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (Paulo Afonso, BA), e Universidade Metropolitana de Santos (Unimes) (Santos, SP). Existem também dois cursos de Antropologia com linha de formação em Arqueologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com habilitação em Arqueologia (Belo Horizonte, MG), na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) com área de concentração em Arqueologia (Pelotas, RS), e um de Arqueologia e Preservação Patrimonial na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) (São Raimundo Nonato, PI).

Dentro desses cursos, os que possuem alguma disciplina obrigatória, referente ao estudo de remanescentes humanos são: a UFS disponibiliza Antropologia Biológica I, e também detêm o Laboratório de Bioarqueologia (LABIARQ), a FURG, Bioarqueologia, assim como a UNIR, a UFOPA e a UEA; a PUC-GO e UFPI têm Anatomia Humana, a UFPE, Arqueologia Funerária, a UFRJ Antropologia Biológica I e II, e a UNIMES arqueologia forense.

Para opção de mestrado, UFRJ, USP (Universidade de São Paulo), UFS, UFPI e UFPE ofertam o título em Arqueologia, e a UFMG, UFPA e UFPEL têm Antropologia com a possibilidade de habilitação em Arqueologia. Dessas universidades, a UFPA tem destaque por proporcionar área de concentração em Bioantropologia.

Para obtenção de um doutorado em Arqueologia, existem os cursos da USP, UFS, UFRJ e UFPE, com a opção também, na UFMG, UFPA e UFPEL,

de Antropologia com habilitação em Arqueologia, novamente com a UFPA tendo a alternativa da concentração em Bioantropologia.

Podemos concluir, a partir dos dados universitários, o histórico da disciplina no país, o aparato legislativo e a análise do currículo Lattes dos profissionais que atuam na área, que os conceitos e divisão de estudo sobre material arqueológico osteológico humano é algo relativamente recente e ainda não certamente definido. Além disso, raramente perpassa a demanda sobre a questão ética e social, apesar de os profissionais que desempenham atividades relacionadas a esses indivíduos serem oriundos de diversas outras formações. Esses acabam adquirindo experiência através da participação em atividades de campo e dentro de laboratórios ou pela realização de pós-graduação em Arqueologia.

Essa realidade abre oportunidade para a formação de um leque de profissionais com abordagens que contribuem de maneira significativa para inferências específicas, dentro de uma área relativamente grande que é a do estudo de remanescentes humanos em contexto arqueológico. É um caminho complexo a ser traçado, o qual exige do estudante muita pesquisa, contato com os poucos profissionais que já trabalham nesse campo e recursos financeiros para efetuar anos de estudo em universidades, instituições profissionalizantes, congressos e cursos esporádicos proporcionados por profissionais estrangeiros e brasileiros.

6 Resultados

Após a introdução de pontos que foram compreendidos como importantes partes de um contexto complexo, amplo e multifacetado que é o do estudo de remanescentes humanos no Brasil, neste capítulo será possível relacionar e discutir os relatos proporcionados pelas entrevistas em anexo, com os assuntos abordados previamente.

Os entrevistados foram escolhidos pensando em suas linhas de formação e como a experiência proporcionada por esse caminho pode contribuir pra discussão, envolvendo o estudo de remanescentes humanos no Brasil. Entre essas pessoas estão: uma profissional especializada principalmente em Arqueologia do Capitalismo; pesquisadores formados em diversas áreas que perpassam o estudo de remanescentes humanos, entre esses um bioantropólogo, professor de graduação que leciona uma disciplina de Bioarqueologia; uma antropóloga forense; uma bioarqueóloga que acabou de finalizar um mestrado em arqueologia na USP sobre um sítio de sambaqui, com presença de material ósseo humano, um odontólogo que trabalha há 12 anos no Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos (LEEH) da USP e uma arqueóloga especializada em contextos funerários.

A primeira pergunta, da referida entrevista, foi direcionada a esclarecer como são definidos, academicamente, os termos bioantropologia e bioarqueologia, procurando compreender, como esses dois campos são conceitualizados e diferenciados dentro dos estudos brasileiros. É possível perceber que mesmo arqueólogos com pouco contato com estas áreas, sabem que existe uma diferenciação entre os dois, porém a especificidade dessa divergência não é muito explícita. A dificuldade de estabelecer isso claramente aparece também na fala dos mais especializados no tema, enfatizando o fato da divisão desses campos ser algo relativamente recente e pouco discutido no contexto brasileiro. Os profissionais da área de estudo de remanescentes humanos em contexto arqueológico trazem no seu discurso que, atualmente, por não haver uma linha engessada de formação, há um certo embate em se auto intitular bioantropólogo ou bioarqueólogo.

Em seguida o questionamento foi sobre a linha de formação dos entrevistados, especificamente na relação deles com a Bioarqueologia e

Bioantropologia, se realizaram algum curso, conhecem a área ou se já trabalharam com alguém que possui esse conhecimento. De maneira total as pessoas entrevistadas tiveram contato, por realizar alguma disciplina durante sua carreira profissional, por escolherem essa linha de atuação ou por já terem trabalhado com os profissionais especializados em remanescentes humanos em contexto arqueológico. Como já foi discutido anteriormente, esse é um campo de investigação muito amplo e trabalha com um material extremamente sensível, o qual necessita preparo psicológico e científico para ser tratado.

Existem profissionais que não conseguem interagir com esses remanescentes, pela carga sentimental envolvida, pela responsabilidade e necessidade de conhecimento mais aprofundado. Ter contato com essa área de estudo, seja por uma disciplina, curso ou relação profissional é raramente suficiente para habilitar um único profissional a compreender a diversidade de informação contida nesse material, os tratamentos necessários e capacidade para mediar as questões éticas e sociais.

Com intuito de destacar brevemente a questão ética e social que permeia as situações de escavação de remanescentes humanos, uma terceira questão trouxe para discussão a negligência de acondicionamento em campo ou laboratório, exposição em museus, escavação de cemitérios e solicitação de repatriamento de remanescentes por determinada comunidade. O relato mais presente é o da negligência de acondicionamento, seja em campo ou em laboratório, e a principal indignação é em relação aos materiais disponibilizados para embalagem e conservação preventiva durante os projetos de escavação. Esses materiais não são os ideais para o trabalho devido à falta de verba direcionada para essa função ou até mesmo por conflitos profissionais internos.

A escavação de cemitérios também foi algo que se destacou entre as respostas, seja pela dificuldade que as comunidades enfrentam em conseguir seus entes queridos de volta após a apropriação pelo estado, bem como pelo fato de ser realizada a escavação de um cemitério sem planejamento prévio, dentro do projeto de pesquisa e também por conflitos profissionais internos.

Pensando nesses conflitos e na dificuldade que ainda há dentro da ciência em combinar as diversas formas de conhecimento com o objetivo de entender, da melhor forma possível, a informação que podemos obter (nesse caso dos objetos arqueológicos) o quarto questionamento abordou a presença

de conservadores e/ou bioantropólogos e bioarqueólogos nas escavações que esses profissionais participaram durante sua carreira. A figura do bioarqueólogo e bioantropólogo se fez bastante presente quando observamos o perfil dos profissionais selecionados. Entretanto, falando de uma escala brasileira de escavações, a presença desses profissionais não pode ser relacionada aos resultados numéricos deste trabalho. Porém, no discurso dos profissionais da área que conhecem a situação do trabalho arqueológico de uma forma geral e na resposta da primeira entrevistada, se faz clara a ausência significativa de bioarqueólogos e principalmente de conservadores em inúmeros casos, seja em escavações de sítios mais antigos ou recentes.

No encerramento da entrevista, foi aberta a oportunidade de aconselhar futuros estudantes que gostariam de entrar nas áreas de Bioarqueologia e Bioantropologia, em como seguir esse caminho e quais as dificuldades que eles irão encontrar. Foi ressaltada novamente a particularidade do cenário profissional brasileiro de arqueólogos, onde as pessoas têm a possibilidade de seguir diferentes formações e atuar na escavação, conservação e estudo de remanescentes humanos. Ao mesmo tempo em que isso constrói um leque de profissionais com perspectivas e abordagens divergentes que muito contribuem para a pesquisa e análise das informações, é uma situação onde a grande parte é autodidata o que requer grande força de vontade. São poucos profissionais na área para se buscar orientação dentro das universidades e, muitas vezes, há a necessidade de se deslocar da sua cidade para realizar cursos ou disciplinas que são ofertadas, normalmente em baixa periodicidade e em localidades selecionadas, como grandes centros urbanos ou universidades que tem arqueólogos especializados no assunto.

7 Considerações Finais

A arqueologia de remanescentes humanos no Brasil está presente em abundância e é bem subsidiada em lugares pontuais, como universidades, com bons profissionais e recursos suficientes para as pesquisas e instalações exemplares. Porém, essa é a exceção em uma grande regra que é a negligência e o abandono de um grande número de coleções. É importante destacar que existem diversos profissionais contribuindo e atuando para a mudança dessa realidade, produzindo manuais e artigos especializados. Como exemplos podemos citar: o manual para campo de Wanda Loredo (1994), com um capítulo dedicado ao material osteológico humano; Andrea Lessa (2011) descreve as etapas de trabalho no ambiente de laboratório; assim como Mercedes Okumura (2015); Walter Neves (1988) e (2015) contribuiu com manuais de campo e laboratório; Marcia Lika Hattori, com artigo escrito em colaboração com Patrícia Fischer e Rafael Abreu de Souza (2012) sobre atuação arqueológica em cemitérios e na sua tese de mestrado.

O cenário brasileiro apresenta muitas carências na abordagem dos remanescentes humanos: a) um cenário acadêmico de difícil compreensão, com escasso direcionamento para discussão ética e social que perpassa essa questão; b) a situação atual de grande parte das reservas técnicas institucionais que armazenam restos humanos por conta do entulhamento, da falta de espaços, do pouco controle das condicionantes ambientais, da falta de protocolos de ingresso de materiais ou protocolos muito vagos, da falta de recursos humanos especializados e de insumos para a conservação, deficientes controles dos diversos agentes de deterioração, etc ; c) carência de laboratórios especializados para o estudo e manipulação de coleções osteológicas humanas e de especialistas; d) os trabalhos de campo realizados geralmente sem a participação de especialistas, ou de forma pouco multidisciplinar. Todos esses fatores atentam contra o tratamento adequado destes materiais, ou seja, que contemplem os requerimentos da conservação da materialidade e dos princípios éticos e morais inerentes à sua correta gestão.

Em consequência, a partir desta pesquisa, constatou-se a falta de um manual que oriente de forma apropriada os arqueólogos que se deparam com

enterramentos nas suas pesquisas de campo ou que convivem com restos humanos dentro de reservas arqueológicas, áreas expositivas e/ou laboratórios. Ao referir-nos a “de forma apropriada” estamos pensando num documento que considere este tipo especial de coleções como elementos que, além da sua importância científica para conhecer as sociedades do passado, constituem primordialmente restos de indivíduos que não estão presentes, para sabermos o que eles opinariam sobre a sua remoção do local de enterramento e/ou sobre serem expostos em tal e qual local, ou ainda, considerar se o mexer com estes restos poderá ter consequências negativas para os indivíduos mortos e/ou seus descendentes ainda vivos, como muitas sociedades tradicionais acreditam. Por exemplo, um cemitério histórico deve ser considerado como um sítio arqueológico, e desta forma dispor dos restos mortais simplesmente como unidades de informação, ou deve ser entendido como um local onde direitos humanos falam mais alto que pesquisas científicas, e portanto preservado de toda ação humana?

Neste sentido, é de inestimável importância a produção de um protocolo geral, que possa ser utilizado por todo e qualquer indivíduo com formação em arqueologia, adaptado às especificidades dos distintos biomas brasileiros, que contemple todos esses olhares, elaborado por uma equipe diversificada de especialistas, e que oriente (seguindo critérios científicos e éticos) as ações das equipes arqueológicas ao depararem-se com ossadas humanas durante as escavações e com os materiais humanos já existentes nas instituições.

Esse protocolo deveria responder as seguintes questões: os restos humanos devem ser retirados ou deixados *in situ*?; caso não sejam exumados, que dados deverão ser registrados e que tipos de amostras deverão ser feitas?; caso sejam extraídos, devem ser expostos ou não?; caso sejam expostos, de que forma?; como devem ser manipulados?; quais os valores dos parâmetros ambientais das reservas técnicas das áreas de laboratório e de exposição deverão ser adotados?; como proceder caso se decida pela inumação desses indivíduos após a escavação?; como dialogar com as comunidades existentes?; como divulgar as informações? Estas questões e muitas outras seriam contempladas no referido documento, o qual deveria ser amplamente divulgado e avaliado por uma equipe de profissionais diversificado e reconhecido.

É importante que os profissionais que se dedicam a estudar essas áreas se reúnam para discutir o contexto brasileiro e como ele pode ser favorecido, assim como na construção de projetos que foquem nos materiais já localizados em reservas técnicas em situação de risco, tendo como base todo conhecimento que os mesmos têm sobre a escassez de pessoal capacitado e tendo em vista a demanda dos mesmos nos trabalhos sendo realizados em campo.

Referencias bibliográficas

ANGEL, J. Lawrence. The Length of Life in Ancient Greece. **Journal of Gerontology** 2:18–24, 1947.

ARMELAGOS, George J. **Bioarchaeology as Anthropology**. Emory University, Atlanta, 2003.

BEZERRA, Ivone; SILVA, Hilton P. Tirando do pó: uma introdução metodológica sobre o tratamento de remanescentes ósseos humanos de origem arqueológica. **Revista de Arqueologia**, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 121-135, dez. 2009.

BUIKSTRA, Jane E. Biocultural Dimensions of Archeological Study: A Regional Perspective. In **Biocultural Adaptation in Prehistoric America**, edited by R. L. Blakely, 67–84, Proceedings of the Southern Anthropological Society, No. 11. Athens, GA: University of Georgia Press, 1977.

BUIKSTRA, Jane E.; BECK, Lane A. **Bioarchaeology: the Contextual Analysis of Human Remains**, Arizona State Museum, University of Arizona, 2006.

CAMACHO, Clara. **Plano de Conservação Preventiva: bases orientadoras, normas e procedimentos**. Lisboa: IMC, 2007

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Arqueologia e público: pesquisas e processos de musealização da arqueologia na imprensa brasileira. **Revista Arqueologia Pública**, v. 3, n. 1 (3), p. 33-48, 2015.

DUDAY, Henri. **Archaeologie Funeraire et Anthropologie**. Cahiers d'Anthropologie. 1:55–101, 1978.

E SOUZA, Rafael de Abreu; HATTORI, Márcia Lika; FISCHER, Patrícia. Ossos do Ofício: cemitérios, licenciamento ambiental e prática arqueológica em

Arraias, Tocantins. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 215-240, nov. 2013.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Essas coisas não lhes pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 7, n. 1[7], p. 87-106, ago. 2013.

GASPAR NETO, Verlan Valle. **A outra face do crânio: antropologia biológica no Brasil hoje.** UFF / Instituto de Ciências Humanas e Filosofia / Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2012.

HATTORI, Márcia Lika. **Arqueologia em áreas de conflito: Cemitérios, obras de desenvolvimento e comunidades.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LARSEN, Clark S. Bare Bones Anthropology: The Bioarchaeology of Human Remains. In: **Research Frontiers in Anthropology: Volume 3. Physical Anthropology**, edited by Carol R. Ember, Melvin Ember, and Peter Peregrine, pp. 151-174. Prentice Hall, Englewood Cliffs, New Jersey, 1997.

LARSEN, Clark S. Bioarchaeology: The Lives and Lifestyles of Past People. **Journal of Archaeological Research, Vol. 10, No. 2**, 2002.

LESSA, Andrea. **Conceitos e Métodos em Curadoria de Coleções Osteológicas Humanas.** Arquivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, v.68, n.1-2, p.3-16, jan./jun.2011.

LIMA, T.A. Restos humanos & Arqueologia Histórica: uma questão de ética. **Historical Archaeology in Latin America, vol. 5:** 1-24. University of South Carolina, 1994.

LOREDO, Wanda. **Manual de Conservação de Arqueologia de Campo**. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Departamento de proteção, Rio de Janeiro, 1994.

NEVES, Walter. **Proposta Pragmática para Cura e Recuperação de Coleções de Esqueletos Humanos de Origem Arqueológica**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1988.

OKUMURA, Mercedes. Curadoria de Remanescentes Humanos: Práticas e Experiências na Coleção Duckworth (Universidade de Cambridge, Reino Unido). **Revista Tecnologia e Ambiente, Dossiê IX Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira / Regional Sul**, v. 21, n. 1, Criciúma, Santa Catarina, 2015.

OLIVEIRA, Rodrigo; Neves, Walter. **Cuidando dos primeiros Americanos**. Revista de História da Biblioteca Nacional, 80-83, 2015.

PUGÈS I DORCA, M. & FERNÁNDEZ, L. B. La conservación preventiva durante la exposición de materiales arqueológicos. (**Conservación y Restauración del Patrimonio, 8**). Gijón (Asturias, España): Trea, 2012.

SEDA, Paulo. A Graduação em Arqueologia da UERJ - Um Curso em Construção. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, p. 221-238, jun. 2015.

SOUZA, Sheila Mendonça de. Bioarqueologia e Antropologia Forense. **Albuquerque Revista de História, Campo Grande, MS, v. 1, n. 2**, p. 121-139, jul./dez. 2009.

SOUZA, Sheila Mendonça de; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. 'Ossos no chão': para uma abordagem dos remanescentes humanos em campo. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 8, n. 3, p. 551-566, set.-dez. 2013.

TEGA, Gloria. Arqueologia no Brasil e o panorama atual: os números de 11 anos de divulgação na Folha de S. Paulo. **Arqueologia Pública, Campinas, nº 5, 2012.**

ZAPATERO, Gonzalo Ruiz; CASTAÑO, Ana Maria Mansilla. Arqueologia e cinema, uma história em comum. **Revista Arqueologia Pública, v. 3, n. 1 (3), p. 19-31, 2015.**

Fontes Eletrônicas

Matriz Curricular da Universidade Federal de Sergipe. Disponível em:
<<https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/1067>> Acesso em:
26.abr.2018

Matriz Curricular da Pontífice Universidade Católica de Goiás. Disponível em:
<<https://sites.pucgoias.edu.br/cursos/arqueologia/matrizes-curriculares/>>
Acesso em: 26.abr.2018

Matriz Curricular da Universidade Federal do Piauí. Disponível em:
<https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=74257>
Acesso em: 26.abr.2018

Matriz Curricular da Universidade do Estado do Amazonas. Disponível em:
<<http://cursos3.uea.edu.br/curriculo.php?cursold=94>> Acesso em: 26.abr.2018

Matriz Curricular da Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em:
<https://www.ufpe.br/documents/38970/411209/arqueologia_perfil_104.2.pdf/ef522320-66bf-4e9a-b073-9f7441f08b97> Acesso em: 26.abr.2018

Matriz Curricular da Universidade do Estado da Bahia. Disponível em:

<<https://portal.uneb.br/pauloafonso/wp-content/uploads/sites/27/2017/02/MATRIZ-CURRICULAR-5.pdf>> Acesso em: 26.abr.2018

Matriz Curricular da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<https://ufmg.br/cursos/graduacao/2370/90308>> Acesso em: 26.abr.2018

Matriz Curricular da Universidade Federal de Rondônia. Disponível em: <http://www.arqueologia.unir.br/uploads/03144268/arquivos/ARQ30139_Bioarqueologia_2016_2_704731103.pdf> Acesso em: 26.abr.2018

Normas do ICON (International Council of Museums). Disponível em: <<http://archives.icom.museum/codes/Lusofono2009.pdf>> Acesso em 15 set. 2018

Decreto nº 25, de 30 de Novembro de 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf> Acesso em 15 set. 2018

Lei 3924, de 26 de Julho de 1961. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf> Acesso em 15 set. 2018

Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm> Acesso em 15 set. 2018

Resolução CONAMA nº001. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>> Acesso em 15 set. 2018

Portaria nº 007, de 1 de Dezembro de 1988. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf> Acesso em 15 set. 2018

Portaria Interministerial 60, de 24 de Março de 2015. Disponível em:
<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria Interministerial 60 de 24 de marco de 2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria%20Interministerial%2060%20de%204%20de%20marco%20de%202015.pdf)> Acesso em 15 set. 2018

Portaria nº 44 de Fevereiro de 2016. Disponível em:
<[http://www.lex.com.br/legis_27096893 PORTARIA N 44 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.aspx](http://www.lex.com.br/legis_27096893_PORTARIA_N_44_DE_19_DE_FEVEREIRO_DE_2016.aspx)> Acesso em 15 set. 2018

Portaria nº 196 de 18 de Maio de 2016. Disponível em:
<http://impresanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21527421/do1-2016-05-23-portaria-n-196-de-18-de-maio-de-2016-21527267> Acesso em 15 set. 2018

Aboriginal and Torres Strait Islander Heritage Act in 1984. Disponível em:
<http://www8.austlii.edu.au/cgi-bin/viewdb/au/legis/cth/consol_act/aatsihpa1984549/> Acesso em 18 set. 2018.

1996 Report of the Royal Commission on Aboriginal Peoples. Disponível em:
<<https://www.aadnc-aandc.gc.ca/>> Acesso em 18 set. 2018.

Leis do NAGPRA (The Native American Graves Protection and Repatriation Act). Disponível em: <<https://www.nps.gov/archeology/tools/laws/nagpra.htm>> Acesso em 18 set. 2018.

Anexo - Autorização de entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

AUTORIZAÇÃO

Eu BEATRIZ VALLADÃO THIESEN, abaixo assinada, autorizo RAÍSSA LIMA BERTASI, estudante de Bacharelado em Antropologia com linha de Formação em Arqueologia, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, a utilizar as informações por mim prestadas para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título “Ossos na mesa: remanescentes humanos em contexto arqueológico no Brasil” e está sendo orientado por Prof. Dr. JAIME MUJICA SALLÉS.

Rio Grande, 18 de dezembro de 2018.

Assinatura do entrevistado

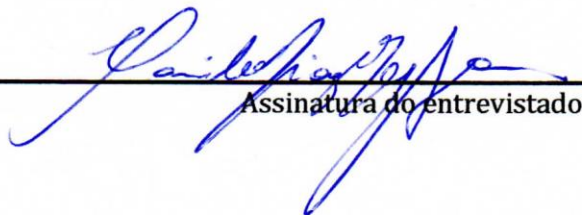


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS**

AUTORIZAÇÃO

Eu, CAMILA DIOGO DE SOUZA, abaixo assinado(a), autorizo RAÍSSA LIMA BERTASI, estudante de Bacharelado em Antropologia com linha de Formação em Arqueologia da Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título “Ossos na mesa: remanescentes humanos em contexto arqueológico no Brasil” e está sendo orientado por Prof. Dr. JAIME MUJICA SALLÉS.

Porto Alegre, 18 de dezembro de 2018.


Assinatura do entrevistado

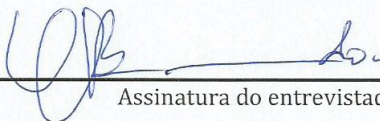


UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a)) DANILO VICENSOTTO BERNARDO
....., abaixo assinado(a), autorizo RAÍSSA
LIMA BERTASI, estudante de Bacharelado em Antropologia com linha de Formação em
Arqueologia da Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, a
utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de
Conclusão de Curso, que tem como título "Ossos na mesa: remanescentes humanos em
contexto arqueológico no Brasil" e está sendo orientado por Prof. Dr. JAIME MUJICA
SALLÉS.

Rio Grande 18
Porto Alegre, de de 20 18 .



Assinatura do entrevistado



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a)).....MARINA NEGREIRA DI GIUSTO.....
....., abaixo assinado(a), autorizo RAÍSSA LIMA BERTASI, estudante de Bacharelado em Antropologia com linha de Formação em Arqueologia da Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título "Ossos na mesa: remanescentes humanos em contexto arqueológico no Brasil" e está sendo orientado por Prof. Dr. JAIME MUJICA SALLÉS.

Porto Alegre, ¹⁹ de DEZEMBRO..... de 2018 .

Assinatura do entrevistado

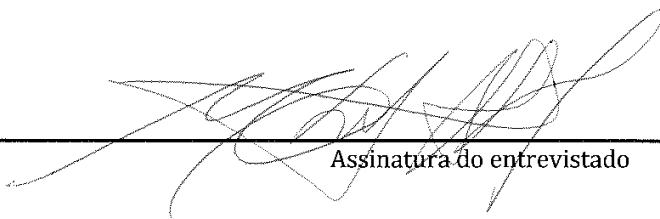


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

AUTORIZAÇÃO

Eu Márcia Lika Hattori abaixo assinado(a), autorizo RAÍSSA LIMA BERTASI, estudante de Bacharelado em Antropologia com linha de Formação em Arqueologia da Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título "Ossos na mesa: remanescentes humanos em contexto arqueológico no Brasil" e está sendo orientado por Prof. Dr. JAIME MUJICA SALLÉS.

Porto Alegre, 20 de dezembro de 2018.



Assinatura do entrevistado



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

AUTORIZAÇÃO

Eu (nome do(a) entrevistado(a)) RODRIGO ELIAS DE OLIVEIRA,
RG 23757920-3, abaixo assinado(a), autorizo RAÍSSA
LIMA BERTASI, estudante de Bacharelado em Antropologia com linha de Formação em
Arqueologia da Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, a
utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de
Conclusão de Curso, que tem como título "Ossos na mesa: remanescentes humanos em
contexto arqueológico no Brasil" e está sendo orientado por Prof. Dr. JAIME MUJICA
SALLÉS.

Porto Alegre, 20 de setembro de 20 18.

Assinatura do entrevistado